

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 14 de dezembro de 2023

Ata N.º 22

No dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028

PONTO 3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 4 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela – atualizações

PONTO 5 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo – atualizações

PONTO 6 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo – atualizações

PONTO 7 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca – atualizações

PONTO 8 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Palmela – atualizações

PONTO 9 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo – atualizações

PONTO 10 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo – atualizações

PONTO 11 – Contratos Interadministrativos com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca - atualizações

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. João Manuel da Cruz;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;

- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;
- Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro** que se encontra presente.
- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.
- **Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia do MCCP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Henriques Catalão Alves** que se encontra presente.

- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde familiar, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão do CH**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins** que se encontra presente.
- **Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão do CH**, justificou ausência à sessão, por motivos de força maior, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Valter José Malveiro Ferreira** que se encontra presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira** que se encontra presente.
- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, pelo período de 120 dias a partir de 01.01.2024.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU**, a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro**, e o **Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS**, o **Sr. Carlos Henriques Catalão Alves do MCCP**, a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD**, o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins** e o **Sr. Valter José Malveiro Ferreira do CH**, e o **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira do BE**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Boa noite a todos e todas, penso que estamos em condições de começar a ordem de trabalhos é extensa e, portanto, vamos tentar obviar aqui alguns tempos.

Gostava de cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal, gostava de cumprimentar o Sr. Presidente, as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores aqui presentes, os Srs. Jornalistas, publico presente, quem assiste online à sessão, técnicos do município aqui em exercício, uma boa noite para todos.

Não temos tomadas de posse em função de todos os que estão hoje aqui na Assembleia já terem tomado posse, em devido tempo em outras Assembleias, queria dizer que em função do que foi combinado com o Sr. Presidente de Câmara há essa pequena lembrança para cada um dos membros da Assembleia Municipal e que há lá atrás, enfim, um pequeno aconchego para o estomago, que não precisamos de esperar pelo final para irmos todos e portanto sempre que entenderem, digamos que as hostilidades estão abertas para que se consiga começar a provar e a degustar o que lá está, estão perfeitamente à vontade para o fazerem, sem que eu tenha que eu tenha que abrir as hostilidades.

Vamos então passar à chamada."

Período de Intervenção dos Múncipes

Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Mesa:

"Nós temos duas Saudações e uma moção, gostava de vos dar uma nota, eu entendi que deveríamos de manter esta Saudação às Festas das Vindimas, como se recordam não foi apresentada na sessão de setembro em função daquela decisão que todos tomamos de que as propostas, saudações, moções teriam de ter as tais quarenta e oito horas para podermos fazer isto, mas pareceu-me que seria um bocadinho deselegante da nossa parte não fazermos esta saudação embora extemporânea, estamos em dezembro às Festas das Vindimas, ela foi distribuída por todos e a Dulce Marques vai lê-la se faz favor."

Saudação "Festas das Vindimas 2023"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques** para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma intervenção sobre a saudação? Não?

Então votamos."

Aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vamos passar à moção da CDU, Joaquim Pires, não sei da bancada faz a intervenção, faz favor."

Moção da CDU "Pela Construção do novo aeroporto no Campo de tiro de Alcochete"

Tomou a palavra o **Sr. João Pedro Alves Ricardo** para apresentar a moção, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Sobre esta moção, está aberto um período de discussão, quem quer intervir?

Patricia Valente, Partido Socialista."

A Sra. Patricia Valente do PS:

"Muito boa noite a todos e a todas, em primeiro lugar quero-vos cumprimentar na pessoa do Sr. Presidente.

Nós gostaríamos de fazer uma declaração de voto, em relação a esta moção.

A Bancada do partido Socialista vai-se abster. A construção do novo aeroporto vai ter um grande impacto no nosso país e principalmente na Península de Setúbal, vai ter um grande impacto ao nível ambiental, económico, social e para isso nós achamos que é mais importante aguardar pelo diálogo dos resultados e pela decisão do próximo Governo.

Há várias hipóteses que foram estudadas, há vários estudos que foram feitos, é verdade que está a demorar bastante tempo até que a decisão seja tomada, mas tendo em conta que é um assunto tão importante não pode ser decidido do dia para a noite.

Nós achamos que seja preferível existir diálogo a mais do que diálogo a menos sobre o resultado dos testes e achamos que é importante haver um diálogo e uma decisão a ser tomada no próximo Governo e por isso a bancada do Partido Socialista vai-se abster."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino PPD/PSD, faz favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, destinto publico, munícipes que nos assistem também online, técnicos da autarquia, comunicação social a todos desejos de uma boa noite.

Relativamente a esta moção, a votação do PSD, vai ser no sentido da abstenção.

Pessoalmente, aquilo que é do meu conhecimento esta parece-me de facto a posição mais favorável aos interesses do país e do distrito, ou seja, não é do distrito, não é de Palmela, é do país, mas a verdade é que os resultados para aí apontam, mas vai dar-se como agora também foi referido pela representante do Partido Socialista, um debate e vai haver uma decisão política que vai sair do próximo Governo e, portanto, aquilo que esperamos é que saia essa decisão política e que não se volte à estaca zero como tem acontecido ciclicamente e que se construa o aeroporto.

Já faz lembrar durante anos a questão do Alqueva, neste momento já vamos com mais anos do que a construção do Alqueva, mas de facto é uma opção, é capaz de ser a melhor opção, mas, acho que não devemos para já de estar a condicionar, vamos deixar ver o debate e a decisão política que se espere breve.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma intervenção?

Carlos Almeida da CDU, faz favor."

O Sr. Carlos Almeida da CDU:

"Muito obrigado, Sr. Presidente, muito boa noite, em si cumprimento todos os membros da Assembleia, e na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento os Srs. Vereadores, os técnicos que estão connosco, os munícipes que aqui estão presentes e aqueles que assistem em sua casa confortavelmente a estes debates da democracia local.

Sr. Presidente, não vamos aqui elaborar mais algum tipo de argumentação em torno daquilo que permitiu uma empresa privada ser vencedora de um concurso para a exploração das taxas aeroportuárias e dos aeroportos nacionais e que conduziu a “Vinci” através da “ANA” a ter essas prerrogativas não vamos também laborar sobre o primeiro contrato assinado e escrito, e a alteração que lhe foi introduzida no pelo Governo do PPD/PSD, gostaríamos apenas de citar aqui cinco ou seis argumentos que parecem fundamentais.

Quando a Coligação Democrática Unitária, os seus autarcas no plano institucional, quando as populações também e os próprios partidos no plano de intervenção e da luta política e da sua afirmação de projeto colocaram a questão da atualidade e da capacidade mais adequada, que o Campo de Tiro que já agora, não é Alcochete, Alcochete só tem o nome, é no concelho de Benavente e no concelho de Montijo, na freguesia de Canha. Quando colocaram a possibilidade de esta ser a melhor solução do ponto de vista aeroportuário para construção do novo aeroporto de Lisboa, não fizeram um aldeamento por um padrão ideológico que tenha a ver com qualquer programa programático, tem a ver com o estudo, com a análise da realidade e com os contributos que forças importantes, conhecimentos importantes, saberes importantes se posicionaram no sentido de terminar esta solução, desde logo a favor dela militou intervenção do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil, que mais do que ninguém têm nas suas mãos a vida das pessoas, a situação económica ligadas também ao transporte de bens materiais e que nos disseram e proclamaram sem qualquer hesitação que era o aeroporto, vamos dizer assim, no Campo de Tiro de Alcochete aquele que melhor servia os interesses de quem tinha que conduzir nas suas mãos a vida dos outros.

Depois, tivemos o LENE, tivemos a Ordem dos Engenheiros entidade completamente insuspeita que também do ponto de vista da construção física da engenharia não deu lugar a dúvidas no equipamento, a argumentação teceu, tivemos as argumentações ambientalistas, tivemos grupos, tivemos organizações, associações, que muito embora com a divergência aqui e ali, todos concluíram que daquilo que era honrar situações possíveis e legíveis o Campo de Tiro seria aquele que melhores condições traria do ponto de vista ambiental não ferir tanto aquilo que é obviamente a nossa saúde a nossa própria vida.

Depois tivemos o especialista na área da medicina, tive a oportunidade de assistir a muitos debates, muitos seminários, muitas intervenções onde estavam autarcas das mais diversas forças políticas e médicos do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, que disseram à sociedade que iria ser uma situação extremamente complicada e do ponto de vista da saúde extremamente gravosa do ponto de vista pneumológico, do ponto de vista cardiológico, do ponto de vista neurológico as três áreas onde o ponto de vista da medicina era considerado de facto como extremamente perigosa qualquer outra situação que não fosse aquela onde incide menos população e onde a possibilidade dos impactos sobre a saúde dos nossos concidadãos serem menores.

Finalmente, e mais importante que todas estas, ou tão importante pelo ponto de vista de quem se coloca na análise destas situações temos uma questão nacional, uma questão económica é que o aeroporto ali colocado o novo Aeroporto de Lisboa, não serve apenas uma região, serve o país e tem capacidade de concatenar em si um conjunto de sinergias que não são de modo nenhum despreciables e muito menos obviamente para o nosso território em Palmela. Por um lado, temos a questão da logística a capacidade que esta região tem do ponto de vista logístico, para aquilo que será a grande cidade aeroportuária que se irá construindo por fases até ao seu momento final, por outro lado temos a ferrovia para além da rodovia e a ferrovia com condições absolutamente excelentes, para as questões de habitualmente âmbito internacional e portanto colocar a nossa economia numa posição mais favorável do ponto de vista económico a nível global, a nível internacional.

Todas estas razões que têm por detrás, apenas a análise daquilo que são os saberes de quem está no terreno, de quem tem Know-how, foram estas considerações que permitiram à Coligação Democrática Unitária, fazer aquilo que hoje reitera, que é considerar que esta de facto é obviamente com todos os impactos que tem sempre uma situação como esta, aquela que melhor serve o povo português e aquela que melhor serve o país.

Muito obrigado, disse Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não tendo mais nenhuma intervenção votamos.”

Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (doze da CDU, quatro do MCCP e um do BE) e catorze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Saudação apresentada pelo Partido Socialista, Patricia Valente se faz favor."

Saudação do PS "Dia 3 de dezembro – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência"

Tomou a palavra a **Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente** para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Sobre esta saudação alguma intervenção?

Não havendo votamos."

Aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ainda estamos no Período de Antes da Ordem do Dia, pergunto aos Srs. membros e às Sras. membros da Assembleia Municipal se neste período têm alguma intervenção para fazer?

Tenho três inscrições, muito bem.

Pedro Biu, Partido Socialista se faz favor."

O Sr. Pedro Biu do PS:

"Muito boa noite a todos, permitam-me cumprimentá-los na pessoa do Sr. Presidente.

É só uma pergunta, enfim, é um bocadinho recorrente face ao executivo e tem que ver com o Largo D. Maria, se há desenvolvimentos ao possível melhoramento que está previsto após a saída da Bomba de Gasolina, que eu enfim, como costume passar ali diariamente e há três anos estava previsto, há dois anos estava previsto e gostaria de saber se há desenvolvimentos no melhoramento ali do espaço.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Carlos Oliveira, Bloco de Esquerda."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Cumprimento o Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento também todos os presentes, cumprimentos extensivos a todos os que nos assistem através da emissão online do canal do município.

A pergunta que faço é diretamente a si Sr. Presidente da Assembleia, que tem a ver com a questão da apresentação dos documentos das bancadas com quarenta e oito horas de antecedência. Eu queria perceber quais são as razões ou os pressupostos que invoca para a apresentação destes documentos com essa antecedência, é para que as bancadas tenham tempo de estudar e memorizar os documentos apresentados?

Por exemplo, eu estive a consultar a área reservada da Assembleia Municipal e esses documentos não constavam na área reservada, não sei se já estavam disponíveis no formato de papel e, portanto, esta pergunta é diretamente para si e agradeço que me possa esclarecer."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Jorge Mares, se faz favor."

O Sr. Jorge Mares do PS:

"Boa noite a todos e a todas, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, nas vossas pessoas cumprimento toda a Assembleia, ao publico que está em casa, comunicação social.

Vamos entrar num novo ano, gostaria que nos próximos tempos a Câmara Municipal tivesse em linha de conta, em linha de consideração para a sua ação futura uma situação que nos tem vindo a preocupar imenso

Quero referir o estado das calçadas antigas do nosso Centro Histórico de Palmela, são muitas e com características muito antigas e regulares. Felizmente existem sinais de revitalização ao nível da recuperação do parque habitacional e há cada vez mais moradores a viverem felizmente nesta zona e aumentou a procura de casas para viver.

O nosso Centro Histórico de Palmela tornou-se mais apetecível, pois oferece cada vez mais a qualidade desejável para garantir muitos anos a permanência de muitas famílias, quer estrangeiros, quer nacionais entre nós. Temos um problema da falta de estacionamento que está identificado e que requer medidas e um estudo profundo para atenuarmos esta situação que está a mexer todos os dias com prejuízos para todos.

Mas o que me traz aqui é de facto certamente a questão do piso, do pavimento do nosso Centro Histórico, as calçadas e deixar reiteradamente esta sensibilização à Câmara Municipal o Sr. Presidente da Câmara conhece a posição da Junta de Freguesia de Palmela, afim de, solucionar paulatinamente este problema da existência de um pavimento obsoleto, em arruamentos com escadas ingremes, que dificulta a mobilidade, cria sérios constrangimentos aos cidadãos parte dos quais pessoas idosas que poderiam fazer um passeio mais comodo e com mais segurança no seu dia a dia e também a pensar agora no turismo tem havido um acréscimo também de pessoas que nos visitam todos os dias.

Esta questão é para nós Junta de Freguesia um assunto muito delicado, que como a Câmara Municipal conhece, já o fizemos em sede da Semana de Freguesia de Palmela, mas que iremos continuar a colocar esta preocupação que não se trata de um capricho, nem da junta, nem do Presidente da junta, mas sim de uma realidade que constitui uma aspiração da esmagadora maioria dos nossos concidadãos habitantes, ou não, do Centro Histórico da nossa Vila de Palmela.

Temos que acompanhar e modernizar o Centro Histórico de Palmela tornando o referencial de habitabilidade ligada à nossa cultura e identidade.

Deixar então esta sensibilização, mais, não é tanto uma questão, mas poderá efetivamente ser transformada naquilo que o Sr. Presidente da Câmara, entende dizer.

Outra nota que aqui quero deixar, trata-se da falta de abrigos para passageiros no âmbito da implementação do novo sistema de transportes público rodoviários da Carris Metropolitana e dos investimentos inerentes ao mesmo.

Um dos locais que mais tem sido objeto de uma justa preocupação e de consequente informação por parte de utentes da Carris e de um modo geral dos moradores é a paragem muito concorrida e cada vez mais, todos os dias parece-me que há ali muita gente a usar aquela paragem que é em frente à Igreja de Aires, na Rua Fundadores do Airenses, entre outras, não é, mas constatamos de facto, que, esta é de facto, uma prioridade, deve de ser considerada uma prioridade para ser ali colocado um abrigo de passageiros, estamos no inverno e o inverno traz chuva daqui a pouco passamos para o verão, traz calor isto de facto é uma preocupação e já agora dizer que não só ali faltam as paragens, também noutros locais da freguesia também faltam alguns abrigos de passageiros, peço à Câmara Municipal de Palmela as diligências necessárias para colmatar algumas lacunas e já agora dando prioridade à lacuna que existe ali em Aires.

Muito obrigado, Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não tenho mais intervenções neste período, vou fechá-lo, aproveito para antes de passar a palavra ao Sr. Presidente de Câmara, para esclarecer o Carlos Oliveira.

Eu nunca tomo decisões sozinho, é um ponto que tenho tido desde que aqui estou, e as decisões que acabamos por tomar são sempre as decisões da Comissão de Líderes, ou seja, a questão das quarenta e oito horas foram decididas, eu diria, há ano e meio quando numa reunião de Líderes percebemos todos os Líderes das diferentes bancadas que necessitamos de tempo para assimilar as diferentes propostas, moções, saudações que nos chegam. Em setembro, em Poceirão havia, já não consigo dizer como é que estavam distribuídas, mas entre moções, saudações, propostas havia nove documentos, desses nove documentos, nenhum tinha si entregue com as quarenta e oito horas decidimos entre os Líderes que naquele dia iríamos por cobro a isso, e, portanto, decidimos nem sequer votar, nem sequer apresentar nenhuma das moções, saudações e propostas que ali estavam.

Reuniu a Comissão de Líderes, de novo em outubro de dois mil e vinte e três e sobre proposta minha, pensamos em reduzir para vinte e quatro horas ou manter as quarenta e oito e foi genericamente unanime de todas as bancadas manter as quarenta e oito horas, permitindo assim que cada um de nós possamos ter atempadamente os documentos.

Estas propostas chegaram à Ana Paula, com as quarenta e oito horas todas elas, sendo que a Ana Paula está sozinho e tem alguma dificuldade às vezes de fazer chegar o mais rapidamente, por email, estas propostas não vão para a área reservada, são enviadas por email para os Líderes de Bancada e, portanto, o Carlos terá recebido estas propostas se sabia desta alteração, desta mudança de elemento do Bloco de Esquerda aqui hoje, exatamente no mesmo momento em que todos os outros Líderes recebeu.

A justificação é só, esta, e mandaremos esta metodologia quando em Comissão de Líderes entendermos que esta não é a correta e há outra melhor que esta.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Muito obrigado.

Boa noite a todas e a todos cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, os restantes membros da Mesa, Srs. e Sras. Vereadores, os Srs. membros da Assembleia, Comunicação Social, Múncipes, trabalhadoras e trabalhadores do município, quem nos acompanha na transmissão via streaming, cordiais saudações.

Com todo o gosto, responder às questões solicitadas pelos srs. Membros da Assembleia, caro Pedro Bui, o Largo frente ao Chafariz D. Maria I, tem projeto já ultrapassamos as dificuldades de reprovação reiterada das Infraestruturas de Portugal, que tem ali um espaço canal e tem ali interceção com a estrada, encontramos ali uma solução consensual entre as duas entidades e está para dotar assim que tivermos capacidade orçamental,

mas já está prevista e rubrica aberta, nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano, para podermos lançar a empreitada.

Caro Presidente Jorge Mares, folgo em saber que o meu amigo já não tem aquela visão cinzenta da sua área política e outras que costumavam ter sobre o Centro Histórico, registo com agrado que tenha reconhecido que não há mais desertificação, que há mais requalificação, que há mais habitação, que há mais atividade económica, que há mais turismo e, portanto, é um Centro Histórico que convida e com vida, começa a ganhar vida.

Tem naturalmente necessidades de reabilitação permanentes, como sabe em mandatos anteriores foram feitos sucessivos investimentos na remodelação dos pavimentos temos até algumas coisas pendentes ainda nessas áreas, nos atravessamentos das escadinhas tendo em vista enterrar infraestruturas elétricas processo muito complexo com estudos de outros Centros Históricos, empresas, operadoras, muito complexo, mas haveremos de concretiza-lo nalgumas zonas, noutras parece ser uma carga de trabalhos, mas o Sr. Presidente de Junta conhece, que não precisa de sensibilizar a Câmara, disse que não é um capricho mas olhe que para nós é um capricho é um compromisso, nós temos precisamente nas Grandes Opções do Plano uma verba ainda simbólica, o estudo prévio está feito já decidimos quais são os arruamentos para lançar projeto e quando abrir o aviso da ITI da AML, que foi assinado hoje na Área Metropolitana de Lisboa, que abre uma possibilidade de financiamento ténue, apenas quarenta por cento para a área da reabilitação, nós vamos candidatar, infelizmente estamos a meio do mandato e a ITI, só hoje foi assinada e os avisos segundo o Governo e a CCDR, saíram até março de dois mil e vinte e quatro, e portanto a partir dessa data garanto-lhe que tencionamos ter projeto porque também sem projeto não conseguimos apresentar a candidatura ou pelo menos o projeto base mesmo que não seja projeto de execução é indispensável.

Portanto cá estaremos e conto consigo na votação favorável do orçamento, para podermos executar aquilo que legitimamente reivindica.

Sobre a falta de abrigos, seguramente nós temos isso devidamente identificado de facto com um crescimento de cento e trinta e seis por cento da oferta com cerca de duzentas e cinquenta novas paragens é impossível, nem mesmo Lisboa tem abrigos em todas as paragens.

Naturalmente, temos sinalizadas as mais importantes e vamos apercebendo-nos da sua importância pelo feedback que os Sr. Presidente de Junta e outros Presidentes de Juntas nos dão, que a nossa Divisão de Educação nos dá, porque há anos em que há ali ou por questões de tomada de transporte escolar, ou outro, começam a criar hábitos felizmente, de acesso ao transporte público rodoviário e há zonas onde se juntam muito mais pessoas e quando a metrologia não está de feição obviamente que o abrigo é indispensável.

Nessa medida, este ano conseguimos colocar poucos, aliás, colocamos seis novo, passamos a vida a reparar abrigos vandalizados, sinistrados, mas temos também o nosso plano e orçamento uma proposta para aquisição de trinta novos abrigos e estamos a fazer tudo precisamente das necessidades seguintes porque todos os anos, nem nós, nem ninguém consegue meter abrigos em todo o lado ou comprar os abrigos todos numa assentada e portanto o que temos previsto para o próximo ano são trinta e eu espero que a Sra. Vereadora quer dos Transportes, quer da Rede Viária, tenham tomado em boa conta esta necessidade, porque a DIVEP está a fazer este estudo.

Sras. e Srs. membros da Assembleia as questões foram pertinentes, são bem-vindas, estamos comprometidos em responder a essa expectativa.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fechamos aqui o Período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar à Ordem de Trabalhos, vinte e uma hora e vinte seis minutos, estamos a cumprir e, portanto, avançamos para o ponto um da ordem de trabalhos, que é a Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal, faz favor, Sr. Presidente."

Período do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

De facto, este período fica marcado como uma rotina importante nos meses de setembro e outubro correspondem a um período de regresso ao trabalho e às rotinas familiares, fortemente marcado pelo arranque do novo ano letivo. No Concelho de Palmela, esta realidade coexistiu com uma intensa atividade cultural, turística, desportiva e cívica, com organização ou apoio do Município, o que exigiu uma enorme capacidade de conciliação de esforços e recursos por parte das equipas municipais.

O crescimento demográfico registado no Concelho refletiu-se na abertura de 29 novas turmas, com impactos nos procedimentos necessários à abertura do ano escolar. Foram admitidas/os aos auxílios económicos diretos 760 alunas/os do 1.º ciclo, e no que respeita aos transportes escolares, 1.196 alunas/os viajam em transportes públicos e 309 em viaturas municipais, sendo de realçar o arranque do pagamento a 100% dos passes para quem frequenta o ensino secundário. No reforço alimentar, foram disponibilizados outros lanches saudáveis, como "tortitas" de milho e arroz, bolachas digestivas, marinheiras e de água e sal ou amendoim cru, distribuídos em cabazes, em cada sala de aula. A oferta dos cadernos de atividades dos 1.º e 2.º ciclos representou um apoio no valor de 127.250 euros, e a aprovação do novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo permitiu alargar para 70 o número de Bolsas a atribuir, com as candidaturas a iniciarem-se no período em apreço. O Município aprovou, também, a atribuição de apoios a 23 projetos socioeducativos, candidatados pelos três Agrupamentos de escolas, duas Escolas Secundárias e três IPSS. Entre o vasto programa de Receção à Comunidade Educativa, com ações de formação, apresentações de livros e exposições, sublinha-se o tradicional Momento de Convívio, este ano, realizado na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, com centenas de participantes e a disponibilização do Caderno de Recursos Educativos, mostra de recursos e muita animação.

No que se refere a intervenções no parque escolar, concluíram-se a requalificação da copa/cozinha do JI Olhos de Água e o reforço estrutural do edifício da EB Brejos do Assa, e foi adjudicada a criação de espaço multiusos na EB Olhos de Água 2. O Município adquiriu mobiliário novo para renovar salas de aula, salas de apoio, refeitórios e outros espaços das EB Algeruz-Lau, Bairro Alentejano e Olhos de Água 2, no total de 25 mil euros, bem como seis mil euros de material didático e lúdico para as EB Cabanas e Olhos de Água 2. Devido a um problema estrutural monitorizado na EB Palhota e agravado pela instabilidade sísmica de setembro, as duas turmas daquele estabelecimento foram deslocadas para as EB Zeca Afonso e Salgueiro Maia, do mesmo agrupamento, tendo o Município desencadeado procedimento para uma empreitada urgente de reforço estrutural. É de referir, ainda, o lançamento do procedimento para aquisição e implementação de uma sala de metodologia *S.T.E.A.M. (Science, Technology, Engineering, Arts and Math)* na EB José Saramago, Poceirão, no âmbito da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão Marateca.

Ao longo do mês de setembro, o projeto "Eu Participo!" viveu o seu segundo ciclo de assembleias anuais, quer na apresentação dos resultados da primeira fase e abertura de votação das propostas às/aos munícipes, quer no contacto direto com as/os trabalhadoras/es municipais e divulgação dos projetos submetidos via "Caixa de Ideias". Com o início do ano escolar, desenvolveram-se contactos com as escolas e tiveram início as novas missões da Escola de Ativistas "Agentes Eu Participo!" e a seleção dos temas a abordar nas oficinas. O projeto multidisciplinar "Os Direitos Habitam nas Histórias" continuou a fazer caminho, registando-se a criação de um novo "Saco de Contos" sobre a Liberdade, para requisição por escolas e famílias, e mais uma edição dos "Roteiros de Histórias", desta vez, sob o tema "Histórias de Liberdade para Mudar o Mundo".

Internamente, houve lugar ao acolhimento de nove trabalhadoras/es e à divulgação do Balanço Social 2022, sendo de destacar o encerramento do processo de avaliação relativo ao biénio 2021-22, com envio de notificações a avaliadoras/es e avaliadas/os, de acordo com as deliberações do Conselho Coordenador de Avaliação. Procedeu-se ao levantamento previsional das situações passíveis de poder integrar a alteração remuneratória por via de regime obrigatório (acumulação de 10 pontos) ou por opção gestionária.

O trabalho em torno das questões da Saúde Mental das/os trabalhadoras/es municipais e os resultados do diagnóstico interno, realizado no contexto pós-pandemia, foram o ponto de partida para a organização, pelo Município, do primeiro “Encontro Nacional de Saúde Mental: Intervenção em Contexto Laboral”, que registou cerca de três centenas de participantes de todo o país, com enorme interesse e perspetivas de futuro. Na área da Formação, a cibersegurança continua a ser uma prioridade estratégica, e sublinha-se o arranque dos cursos específicos para integração na carreira especial de fiscalização e para canalizadoras/es, bem como a aposta contínua na formação vocacionada para as áreas operacionais. Dirigidas a assistentes operacionais das escolas, realizaram-se ações sobre “Lideranças intermédias em contexto escolar: gestão de equipas” e “Boas práticas de higiene e segurança alimentar”. Considerando a valorização profissional e pessoal das/os trabalhadoras/es, o Município volta a disponibilizar o processo de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (9.º e 12.º anos), tendo-se realizado duas sessões de esclarecimento, que resultaram em 25 proponentes. No campo da Saúde Ocupacional, o rastreio de saúde primário ao pessoal não docente das escolas, na Unidade Móvel de Saúde, abrangeu 193 trabalhadoras/es.

Com o objetivo de preparar o processo de transferência de competências da Administração Central para a Autarquia, na área da Saúde, solicitou-se à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a designação de um interlocutor e foram visitadas as nove unidades funcionais que constam do Auto de Transferências, para verificar o estado de conservação atual do equipamento não médico. À semelhança dos anos anteriores, o Município tem estado a colaborar nas deslocações de profissionais de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, no âmbito da campanha de vacinação sazonal contra a gripe e a COVID-19 nas Estruturas Residenciais de Pessoas Idosas e instituições similares. Foi, ainda, prestado apoio ao Núcleo Regional Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro, nas ações de rastreio do cancro da mama realizadas na unidade móvel do núcleo, que circulou por todas as freguesias.

Neste período, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social iniciou o acompanhamento a 103 famílias, para um total acumulado de 390. No campo do Gabinete de Apoio ao/à Cuidador/a Informal, começaram a efetuar-se os atendimentos, e aumentou o recurso ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com um total de 204 atendimentos, sendo de realçar um grande acréscimo na área da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, no âmbito da OIL. Ainda com enquadramento na Operação Integrada, realizaram-se várias atividades de animação social e capacitação, na Escola José Saramago e na comunidade, e foi lançado concurso público para a requalificação do Centro Comunitário de S. Pedro, em Cajados. O mês de outubro foi, como vem sendo hábito, tempo de “Outubro MAIOR”, um mês de atividades especialmente dedicadas às pessoas de maior idade e à reflexão sobre o envelhecimento ativo e os desafios em torno do aumento da longevidade.

No que concerne à concretização da Estratégia Local de Habitação de Palmela, foi publicada, a 10 de outubro, a primeira lista ordenada para atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado, no âmbito do concurso realizado, tendo sido constituídos 106 processos de candidatura. Regista-se a realização das escrituras referentes a mais quatro fogos, encontrando-se vários projetos de reabilitação e construção de fogos em concurso ou já em execução. Para a UFPM, através da OIL, foi lançado procedimento para projeto de arquitetura e especialidades, com vista à reabilitação de quatro fogos, e realizou-se consulta para estudo prévio relativo à construção de um edifício com sete fogos.

Neste período, decorreu a receção de pedidos de identificação predial voluntária para minoração da taxa de IMI no Centro Histórico de Palmela, através dos serviços *online* ou em atendimento presencial. Em execução, o projeto de reabilitação do muro da Av. dos Cavaleiros de Santiago e Espada, junto ao Castelo.

A publicação da alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela veio adequar este documento aos novos procedimentos de submissão de pedidos por via digital. Relativamente ao Plano

Diretor Municipal, à medida que se aproxima a conclusão do processo de revisão, continuam a aperfeiçoar-se os documentos complementares e avança a preparação do material de consulta e apoio à participação pública. No acompanhamento dos processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal, firmou-se a segunda adenda ao protocolo de abastecimento de água para consumo doméstico e recolha de RSU com a Comissão de Administração da AUGI Quinta da Torre – Marquesas I e III e procedeu-se à redelimitação da AUGI Maria Luísa e alteração à planta síntese.

Concluiu-se a empreitada de “Ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais – Execução de prolongamentos (2023)” e o programa anual de desinfestação e desratização das redes, com a realização das 6.ª e 7.ª campanhas. Entretanto, continuavam a decorrer a execução da rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2 (Lagoinha), a infraestruturação da zona nascente de Olhos de Água, com a obra na Rua dos Couceiros e EN 379-2, a segunda fase de infraestruturação da Rua da Holanda (Vale de Touros) e também a segunda fase da obra de drenagem de águas residuais domésticas em Cajados. A empreitada de infraestruturas elétricas da Quinta dos Farias (Pinhal Novo), realizada pelo Município em substituição dos promotores, está terminada.

No setor de abastecimento de água, concluiu-se a “Execução de prolongamentos 2023” e a ligação do ramal de energia elétrica para o furo de captação PS2 Fonte da Vaca (Pinhal Novo), enquanto decorriam, entre outras, a empreitada de ligação dos novos furos de captação de água de Fonte da Vaca ao reservatório com a mesma designação, a remodelação da rede de abastecimento de água à Rua Miguel Cândido (Cabanas) e a integração do subsistema da Lagoinha no Centro de Comando da Telegestão.

Na sequência do forte investimento municipal na rede viária, concluiu-se a pavimentação da Rua do Anselmo (Pinhal Novo) e da Rua 13 de Maio (Lagoinha), com várias outras adjudicadas ou já a decorrer.

A recolha de biorresíduos no Concelho de Palmela tem registado um crescimento muito positivo, que o posicionou, já, no *top* 15 dos municípios do grupo EGF (composto por 174 municípios, onde a Amarsul está integrada) que recolhem uma maior quantidade de biorresíduos e em 4.º lugar no universo dos seis municípios que integram a Amarsul. Além da recolha porta-a-porta em 73 restaurantes, 11 cantinas escolares e nas urbanizações das freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo onde já se verificava este tipo de recolha para os RSU, papel/cartão e embalagens, o Município deu novos passos com vista ao aumento da Recolha Bio, com a instalação de 22 contentores inteligentes, para recolha coletiva de proximidade em três áreas-piloto (junto das já abrangidas pela recolha porta-a-porta) e de compostores comunitários em Poceirão, Águas de Moura e Quinta do Anjo. Estas ações, apoiadas na sequência de candidaturas ao Fundo Ambiental, integram campanhas de sensibilização, contacto direto com as populações e formação. Também a recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU) entrou numa fase de expansão, por via do novo contrato de gestão da Rede Municipal de Recolha Seletiva de OAU, que aumentou a cobertura da rede para 40 pontos e garantiu um novo modelo de funcionamento da rede, com base na georreferenciação da informação em Sistema de Informação Geográfica. Em matéria de equipamento, sublinha-se a chegada de uma nova viatura a gás para a recolha de biorresíduos e a entrega, pelo Município, de duas minivarredouras mecânicas, às Juntas de Freguesia de Pinhal Novo e de Quinta do Anjo.

A Semana Europeia da Mobilidade 2023 foi assinalada com um conjunto de ações para vários públicos – com especial atenção à população escolar – a fim de sensibilizar para opções de mobilidade mais sustentáveis. No âmbito do projeto “Pinhal Novo Verde”, fruto de uma candidatura ao programa Compete 2020, deu-se início aos trabalhos preparatórios para a plantação das árvores, quer em Val’Flores, quer no espaço do Mercado Mensal, com limpeza de terrenos, instalação de redes de rega e outros. Entretanto, foi lançado concurso para a obra de ampliação da Horta Comunitária de Quinta do Anjo. Relativamente ao espaço público, à data, a segunda fase da remodelação do Jardim José Maria dos Santos (Pinhal Novo) encontrava-se em conclusão e decorria a empreitada de espaços exteriores da Praceta nascente da urbanização Nova Palmela.

O Dia Mundial do Animal foi celebrado com ações de sensibilização, dirigidas ao público escolar e à população. O programa CED teve continuidade, com a realização de esterilizações semanais e a entrega de alimentação à rede de cuidadoras/es da comunidade.

No âmbito da conservação permanente do Castelo de Palmela, concluíram-se trabalhos de carpintaria nas portas e encontravam-se em execução os estudos e o projeto de reabilitação para estabilização das estruturas da Torre de Menagem e Corpos Contíguos. Ao abrigo do programa “Mecenas de Palmela”, iniciou-se o restauro de uma das imagens de Santiago do Museu Nacional de Arte Antiga, em depósito em Palmela, na reserva patente na Igreja de Santiago. Em termos formativos, nas áreas da história e património cultural, este foi um período particularmente rico, sendo de referir a palestra sobre a Ordem de Santiago e a sua autonomização e o primeiro Mestre português, para apoiar a realização da Feira Medieval, a conferência sobre Duarte Darmas, como complemento da exposição “Duarte Darmas: do Cálamo ao Drone”, patente da Igreja de Santiago, e mais um curso no Dia Nacional dos Castelos, desta feita, sobre o tema “Construir, Defender e Viver num Castelo Medieval Português”. Entre 25 e 29 de outubro, o IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares reuniu cerca de oito dezenas de conferencistas, em representação de muitas universidades nacionais e estrangeiras, que fizeram de Palmela, uma vez mais, o centro da investigação mundial sobre o tema.

Ainda no campo da historiografia local, o Município apresentou, publicamente, o estudo de cor dos medalhões do Chafariz D. Maria I, inaugurou a exposição temporária “Entre Copos e Balões. Do Ensaio Analítico à Enologia Moderna” no Espaço Cidadão, divulgou o projeto de continuidade “Álbum de Família” na Festa de Todos os Santos e colaborou com a investigadora Cecília Matos na exposição “Coleção Fotográfica de José Artur Bárcia: Quinta do Anjo e Palmela – 1906-1921”, que integrou o programa desta festa centenária. No âmbito do programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal (PRAIM), iniciou-se o trabalho de apoio ao Teatro O Bando, na inventariação e catalogação do seu arquivo.

O “Guia de Boas Práticas Ambientalmente Sustentáveis em Bibliotecas Escolares”, que resulta do trabalho desenvolvido pelo Grupo das Bibliotecas Escolares do Concelho de Palmela desde 2019, foi apresentado em vários encontros nacionais. Neste período, tiveram continuidade projetos de referência, como as “Conversas sem Margens”, e as Bibliotecas Municipais acolheram o lançamento de livros de autoras/es nacionais, a exibição de exposições e a realização de ações de formação, em rede com a comunidade e outros projetos da Autarquia.

A 60.^a edição da Festa das Vindimas, com um programa eclético, que aliou propostas atuais à componente mais tradicional, foi um momento alto de afirmação da identidade local, fortemente enraizada no mundo agrícola, e de promoção da vinha, do vinho e demais produtos de qualidade. Entre muitos espetáculos com artistas locais e nacionais, o programa integrou o Encontro Concelhio de Folclore. Também a Festa de Todos os Santos – a mais antiga com realização ininterrupta – merece destaque, entre muitas outras concretizações do movimento associativo, com o apoio do Município. As comemorações do Dia Mundial da Música tiveram início com o regresso da “Sinfonia Palmela”, do Maestro Jorge Salgueiro, com as quatro filarmónicas do Concelho, grupos corais, o Conservatório Regional de Palmela e a Orquestra Nova de Guitarras, em duas sessões esgotadas no Cine-Teatro S. João. No Auditório Municipal de Pinhal Novo – Rui Guerreiro, sublinha-se o programa comemorativo dos 40 anos do grupo ATA – Acção Teatral Artimanha, com grupos convidados de todo o país, e a extensão do festival de cinema *MotelX*, com a programação infantil “Sustos Curtos”. Em Águas de Moura, as “Noites na Fonte” foram pretexto para dois serões de cultura e convívio, e a inauguração do Monumento aos Combatentes do Concelho, por iniciativa do Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, com o apoio do Município, prestou homenagem às/aos combatentes e proporcionou um momento de reflexão em torno da urgência da Paz.

Também a propósito dos objetivos de promoção da Paz e da cooperação para o desenvolvimento, durante a inauguração da Festa das Vindimas, o Município recebeu várias comitivas diplomáticas e representações institucionais dos municípios amigos de S. Filipe e Praia (Cabo Verde) e Barcarrota (Espanha), com os quais foram realizadas, posteriormente, reuniões de trabalho e visitas para conhecer projetos locais e agentes económicos. Em outubro, realizou-se, em Barcarrota, uma reunião, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento, com renovação do compromisso.

Neste período, foram adjudicados serviços para reabilitação de vários Espaços de Jogo e Recreio (EJR) do Concelho, encontrando-se, à época, a decorrer concursos para aquisição e reparação de equipamentos em diversos EJR em espaço público e escolas. Iniciou-se, entretanto, a empreitada relativa à reabilitação do EJR Firmino Camolas (Palmela) e concluíram-se vários melhoramentos no Polidesportivo do Bairro Alentejano. O projeto de reabilitação da antiga sede do Clube Desportivo Pinhalnovense foi adjudicado - um passo

determinante para a recuperação do edifício histórico e a regeneração urbana daquela zona de Pinhal Novo. Entre os eventos desportivos realizados nos meses em apreço, o ciclismo esteve em destaque, com a 7.ª “Rampa das Vindimas” e mais uma edição da atividade “Pedala com a Cofidis”, promovida pela Federação Portuguesa de Ciclismo, com o apoio do Município, para incrementar a utilização da bicicleta por crianças e jovens.

A realização de mais uma edição da Feira Medieval de Palmela valorizou a história local e acolheu 26 mil visitantes, com um programa que continua, anualmente, a acrescentar valor. O episódio sobre a oferta enoturística do Concelho, produzido para o programa “Experiências.pt” do canal “Casa & Cozinha” venceu o 1.º lugar na categoria “Melhor Documentário de Enoturismo” no 16.º *Art & Tur – Festival Internacional de Cinema de Turismo*, e no âmbito do apoio ao 11.º *Finisterra: Arrábida Film, Art & Tourism Festival*, o Município recebeu uma comitiva de 35 profissionais internacionais do setor audiovisual. Assegurou-se a participação no 2.º Festival Nacional da Canção Rural, com o tema “Brinde à Vida”, e no concurso Rainha das Vindimas de Portugal, onde a Rainha das Vindimas 2022 foi eleita Miss Simpatia. O programa de dinamização e promoção dos Mercados Municipais continua com elevada dinâmica e a congregar a participação de operadores económicos, parceiros locais, artesãos/ões e microempresas, que encontram nestes espaços de comércio de proximidade uma importante plataforma de divulgação do seu trabalho.

Na sequência do Plano de Capacitação para Jovens, Empreendedores e Empresas 2023 que o Município tem vindo a dinamizar, em parceria com a *Dypall Network*, realizaram-se três ações de capacitação. O 1.º Dia Aberto da Incubadora de Empresas contou com a presença do Instituto Politécnico de Setúbal, da Fundação Escola Profissional de Setúbal e do Madan Parque Ciência e, entretanto, foi admitido um novo projeto na Incubadora, na área da Consultoria em Recursos Humanos e Qualidade. Um novo encontro em Palmela da *Enterprise Europe Network* abordou, desta vez, “Os Desafios das Empresas numa Economia em Mudança” e reuniu empresas e empreendedoras/es locais num momento de partilha de boas práticas e oportunidades de negócio. No âmbito da OIL, procedeu-se à identificação e caracterização do público-alvo, entidades empregadoras e instituições locais, com vista ao desenvolvimento do programa de formação e capacitação para a empregabilidade e criação do próprio emprego.

O Município viu aprovadas, neste período, duas candidaturas ao “ICNF Bem Estar Animal 2023”, eixo “Sensibilização e Informação”, para apoio na prestação de serviços veterinários de assistência a animais detidos pelos Centros de Recolha Oficial de Animais e por famílias carenciadas, e para campanhas de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, no valor global de 40 mil euros.

A OIL, já aqui abordada por diversas vezes, continuará a desempenhar um papel de grande relevo nos meses que se seguem, pela sua enorme abrangência e impacto na melhoria dos indicadores de desenvolvimento das freguesias rurais. O envolvimento da comunidade é determinante para o sucesso deste objetivo, tendo-se realizado várias reuniões com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca e demais entidades que integram a parceria local, bem como uma nova sessão pública no Centro Cultural de Poceirão, contribuindo para uma governação participada e eficaz.

Peço-vos desculpa, mas é difícil sistematizar tanto trabalho e tanta atividade.

Muito obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uma nota só, penso que falo em nome de todos os Líderes que tivemos neta reunião com o Sr. Presidente que acabou de mencionar, embora já tenha sido durante o mês de novembro e não no período em que a atividade municipal se desenvolveu, reunião que tivemos da apresentação do estado do PDM, penso que nenhum de nós recebeu o PPT que lá foi apresentado.

Já recebemos? Mas nós não temos ainda, já? Peço desculpa, e, portanto, já temos o PPT e, portanto, já temos as questões do PDM aqui definidas, as questões da habitação que foi uma das questões que na reunião de Líderes acabamos por trazer para cima da mesa também, teremos com certeza a possibilidade de fazer uma visita, depois, durante o mês de fevereiro ou março ao concelho, para tentar perceber onde estão essas habitações, e o que é que tem acontecido e qual tem sido a estratégia seguida.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Eu não sei se nós podemos ir visitar as habitações.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Não, não vamos visitar as habitações, vamos visitar os locais onde eventualmente serão construídas algumas delas.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Só se identificar as moradas.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Então relativamente a este ponto, intervenções?

Maria Clara Félix, Partido Socialista.”

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

“Boa noite a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente.

A bancada do Partido Socialista tem aqui algumas sugestões a fazer sobre este documento.

A primeira, é com agrado que reparamos que há uma sensibilização da Câmara Municipal para a formação e desenvolvimento, é patente no documento, mas também gostávamos de referir que fosse incluído no Plano de Formação da Câmara, mais formação para o pessoal não docente das escolas, quando eu digo pessoal não docente, falo portanto dos Assistentes Operacionais e dos Técnicos, porque aqui neste relatório de atividades estão aqui duas atividades, mas como sabeis há muita gente a entrar também tem a ver com mais saídas devido a aposentações, portanto há um fluxo constante de mudança nas escolas e isto faz com que o nosso pessoal necessite de formação em várias áreas, para que realmente as nossas escolas possam dar melhor e mais condições às crianças.

Poderíamos citar algumas, desde a educação especial, à relação com as crianças, portanto, há muita coisa, os primeiros socorros, eu achava que poderia ser pensado isso para bem do funcionamento das escolas.

Depois a outra, é uma sugestão de forma, mas que me parece que vai ao encontro também do que é dito pelo Sr. Presidente da Câmara, portanto, que é um relatório que se quer transparente, de uma leitura fácil e que qualquer um de nós possa realmente perceber o seu conteúdo e aqui é uma pequena sugestão.

Mas na página vinte e nove e quando estamos a falar da escola a tempo inteiro, ou de usar subsídios, etc. temos números, por exemplo, eu dou o exemplo de termos “X” crianças que frequentam as (gravação não audível) ou as AIFES, ou as Atividades de reconhecimento curricular, mas eu não sei qual é o universo, portanto a sugestão é que o universo das crianças estivesse aqui, para que possamos fazer a corrugação e fazermos uma leitura mais objetiva sobre o assunto.

Depois, reparamos também, que nalgumas situações vem o número e vem uma percentagem, noutros não, digamos que era para haver aqui uma certa uniformização e haver realmente o universo porque só isso é que nos permite fazer uma leitura mais objetiva.

Tenho dito.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Faz favor, Valter Ferreira do Chega:

O Sr. Valter Ferreira do CH:

“Boa noite a todos, cumprimento todos os presentes e os que nos seguem via streaming na pessoa do Sr. Presidente.

Só uma pequena palavra relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos e que estamos a analisar contas com alguns meses de atraso, cremos que isto deveria ser melhorado, sabemos que até ao final do ano as coisas podem mudar, deveríamos...”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Peço desculpa, estamos no ponto um da Ordem de Trabalhos e, portanto, estamos neste momento a analisar a Atividade Municipal, ainda estamos nesse ponto, esse eventualmente será o ponto seguinte, não? Está a falar sobre o relatório e as páginas finais do relatório, é isso?

Perfeito pode continuar se faz favor, era só para nos situarmos, são as paginas finais do relatório que tem a execução à parte, muito bem.

Obrigado.”

O Sr. Valter Ferreira do CH:

“No fundo o que nós percebemos é que com os seis meses refletidos no relatório a taxa de execução é baixa, ou mesmo muito baixa e gostaríamos de perceber o porquê de ser tão baixa, era apenas esta a questão.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Baixa aonde?”

O Sr. Valter Ferreira do CH:

“No PPI.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Este Plano, aquilo que vem aqui em termos da estrutura da receita, do previsto, realizado, etc. etc. é a trinta e um de outubro, certo?

São dez meses de execução, muito bem.

Mais alguma intervenção?

O Sr. Valter Ferreira do CH:

"Situação económica e financeira em relação ao primeiro semestre."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Está a falar do Relatório do ROC, vamos falar disso durante o orçamento."

O Sr. Valter Ferreira do CH:

"Sim, exatamente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Não é neste ponto, o Relatório do ROC é no ponto seguinte, estes mapas sim."

O Sr. Valter Ferreira do CH:

"Peço desculpa."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Não tem problema a questão está colocada e o Sr. Presidente falará disso posteriormente."

Muito obrigada.

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, mais alguma intervenção?

Sr. Presidente, não sei se valerá a pena."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Vale, vale, muito sucintamente."

Agradeço a questão e ainda bem que a coloca, em primeiro lugar porque me vai permitir dizer que de facto as Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicas vieram do Ministério da Educação para as escolas finalmente passaram a ter formação, bom, pelo menos, eu sou trabalhador do ensino não estou a algum tempo, mas falo com elas trimestralmente e de facto passaram a ter alguma oferta de formação em particular as operacionais que não costumavam ter e portanto nós orgulhamo-nos de ter feito só neste período e durante o ano fizemos outras... prometo que tem direito ao contraditório, espero que aquilo que aqui está escrito, não consiga de facto dizer o contrário, de fazer como até apenas puxei para a introdução duas que nunca tinham tido lideranças intermédias em contexto escolar e gestão de equipas, boas práticas de higiene e segurança alimentar.

Para além disso, tiveram também igualdade de género já em dois períodos e linguagem inclusiva e também sabemos quais são as necessidades, porque os nossos Recursos Humanos, mais uma vez voltaram a inquirir os trabalhadores e os serviços, sobre as suas necessidades de formação e também nas reuniões que tenho sectoriais com a Sra. Vereadora, os Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, também sabemos das suas necessidades e uma delas, também está praticamente contratualizada e até tem que ver com a aprendizagem de língua estrangeira, dado o conjunto de alunos que se expressam em língua estrangeira, embora não seja essa a estratégia de aprendizagem que devemos implementar, porque na minha opinião devem compreender em estrangeiro e devem de responder em português, porque eles têm que aprender português e para além disso, temos outras recenseadas e que serão ministradas e promovidas nos períodos adequados para o efeito.

Aliás, dito por estas trabalhadoras, que é essencialmente um publico feminino, de facto nunca tinham tido formação desta natureza, nem com tanta periodicidade nós temos estes trabalhadores há um ano e para além de outras coisas que não tinham desde saúde ocupacional, etc., mas não é isso que vem agora aqui ao caso e,

portanto, a formação não é propriamente um concurso de montras ou de uma oferta, parte de um diagnostico de necessidades e é isso que temos estado a ver.

Quando fala da formação para crianças com necessidades educativas especiais, nós temos debatido isso até no âmbito da transferência de competências é o número de Assistentes Operacionais, o conceito que leva a que hoje não haja praticamente turma nenhuma que não tenha crianças com necessidades educativas ditas especiais ou necessidade de pedagogias diferenciadas o que é um desafio acrescido para a generalidade dos professores, é muito difícil atender às necessidades individuais de grupos numerosos, mas também nessa matéria, já agora digo-lhe o que é que algumas Assistentes Operacionais nos dizem, é que esse tipo de formação remete-as para umas funções que deveriam ser Técnicos dessa área, já Técnicos Superior a dar apoio às escolas nessa matéria, mas que elas ganham como Assistentes Operacionais, isto dito na nossa cara em reuniões que tivemos com Assistentes Operacionais, mas se houver no mercado não deixaremos de proporcionar para quem quiser, porque já agora há formação que tem frequência obrigatória, mas outra nós não podemos obrigar as pessoas a fazela, obviamente que teremos em consideração na avaliação nas praticas e na avaliação de desempenho das nossas e dos nossos trabalhadores.

Estamos inteiramente de acordo, vamos procurar fazer mais, mas não se pode partir daqui da ideia de que isto é um deserto, quando temos precisamente o feedback entusiástico, que estas pessoas hoje, algumas temiam de vir para a autarquia, hoje dizem que foi a melhor coisa que lhes podia acontecer na vida porque têm hoje um conjunto de respostas também nesta área, que nunca encontraram quando estavam na tutela do Ministério da Educação.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções neste...”

O Sr. Presidente de Câmara:

”Só registar também aqui, dois factos, para além de sermos entidade empregadora inclusiva, ganhamos também um prémio internacional do IFP, também por Formação nestas áreas de Inclusão Social e Boas Práticas.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos, Sr. Presidente se faz favor.”

PONTO 2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028

O Sr. Presidente de Câmara:

”Obrigado, Sr. Presidente, vou procurar

O Sr. Presidente da Mesa:

”Ia-lhe pedir que se cingisse à proposta.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Este, de facto, é um Orçamento que cumpre todas as normas da legislação, inclui, a maioria dos compromissos constantes no Plano de Trabalho e no Plano de Mandato, tem pela primeira vez na sua totalidade o impacto do processo de transferência de competências da administração central para os municípios (educação, ação social e saúde) e também a transferência de competências para as freguesias.

Ainda no plano programático o ano de 2024 consolida e dá expressão financeira muito substantiva à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, espera-se, deverá dar início ao novo quadro comunitário de apoio – «Portugal2030» – com a abertura de avisos para a apresentação de candidaturas.

Em termos financeiros o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2024-28 é semelhante ao do ano anterior, marcado pela pressão inflacionista, aumento das taxas de juro, uma crise energética de dimensões inesperadas e as consequências diretas e indiretas geradas por um conflito armado com potencial para afetar a economia mundial, a que se acrescenta a instabilidade no médio oriente. Assim, segundo as últimas estimativas de diversos organismos, o crescimento do PIB em 2023 será de 2,2% – longe dos 6,7% verificados em 2022 – prevendo-se para os anos subsequentes valores inferiores. O nível de incerteza é elevado, fazendo variar as expectativas do crescimento do PIB para 2024 entre 1,5% e os 2,4%, não se excluindo a possibilidade de a economia entrar em recessão (como já ocorre na Alemanha).

Apesar desta visão pessimista relativamente à evolução da economia mundial e seus reflexos nas finanças municipais, a que se junta o clima de grande incerteza gerado pelo contexto de guerra na Europa e no médio oriente, as condições de partida do exercício de 2024 são francamente positivas, com disponibilidades financeiras suficientes para suportar o investimento já contratado e/ou comprometido, uma razoável «carteira» de candidaturas e/ou projetos cofinanciados aprovados, e uma confortável capacidade de endividamento, possibilitando o recurso ao crédito para financiar novos investimentos.

Neste contexto, o orçamento inicial de 2024 tem um crescimento face ao de 2023, na ordem dos 6,9 %,

- 65,3 milhões correspondem à receita própria do município, que cresce em devido aos bons resultados, em 2022 e 2023, dos impostos diretos – que afetaram positivamente a média dos 24 meses – e do aumento das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM, Participação no IRS, Participação no IVA, transferência de competências), e dos ajustamentos efetuados no tarifário da água, saneamento e recolha de resíduos;
- 9,4 milhões correspondem a participações dos fundos comunitários de candidaturas aprovadas, dos quais 6,6 milhões afetos à Estratégia Local de Habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-IHRU;
- 2,6 milhões de euros correspondem a transferências do orçamento de estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central (Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela, Regularização da Ribeira da Salgueirinha, 2ª fase e Posto da GNR de Poceirão).

Este crescimento permite prosseguir uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a manutenção da denominada tarifa social da água (apesar dos ajustamentos efetuados no restante tarifário), a oferta de novos benefícios sociais e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para os anos seguintes.

No capítulo da despesa mantém-se a perspetiva de uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município ser absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento da taxa de inflação; crescimento exponencial da necessidade de contratação de alguns bens e serviços (caso da higiene e limpeza urbana nas suas diferentes vertentes); assunção de novos compromissos em resultado do processo de transferência de competências; necessidade de novas contratações de pessoal, desbloqueamento das progressões e promoções.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em 2024 e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo, no valor de 7,5 milhões de euros, para financiar uma lista de investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos, em aprovação pelos órgãos municipais.

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que 2024 continuará a ser um ano muito exigente, marcado pela imprevisibilidade, abrandamento do crescimento do PIB e uma possível recessão económica;
2. que fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de implementação de uma política agressiva de obtenção de apoios e financiamentos externos; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) o município dispõe de meios para financiar o investimento contratados e a atividade programadas para 2024, e ainda, de uma generosa capacidade de endividamento que lhe possibilita incluir novos investimentos no PPI.

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 77,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,9% relativamente ao orçamento inicial de 2023 e menos 11,2% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2022).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 31,3 milhões de euros, registando um aumento de 10,7%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (40,3%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação Variável no IRS, Transferências de Competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social e a Participação do IVA) totalizam 17,7 milhões de euros e representam 22,9% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 3,6 milhões de euros, representa 4,6% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 12,6 milhões de euros, representa 16,3% do total das receitas, registando um acréscimo de 10% relativamente a 2023.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 65,3 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 77,5 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao PRR, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação, ação social e saúde, bem como de verbas provenientes de investimentos financiados pelo Estado. As despesas com investimento situam-se nos 17,5 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 45,8 milhões de euros (59,1%), dos quais 17,5 milhões correspondem a investimento (38,2%);
- Pessoal: 29,8 milhões euros (38,4%);
- Despesas não imputadas às GOP: 2 milhões euros (2,5%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2024.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	31 258 911,00	40,3%	Pessoal	29 782 405,00	38,4%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	18 481 577,00	23,8%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	3 601 408,00	4,6%	Encargos Correntes da Dívida	582 120,00	0,8%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	7 316 303,00	9,4%
Transferências Correntes	18 038 703,00	23,3%	Subsídios	780 000,00	1,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	12 621 387,00	16,3%	Outras Despesas Correntes	271 150,00	0,3%
Outras Receitas Correntes	30 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	65 565 413,00	84,6%	Total Despesas Correntes	57 213 555,00	73,8%
Venda Bens de Investimento	10 601,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	17 719 776,00	22,9%
Transferências de Capital	11 942 557,00	15,4%	Transferências de Capital	1 356 847,00	1,8%
Passivos Financeiros	0,00	0,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 233 945,00	1,6%
Total Receitas de Capital	11 953 160,00	15,4%	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	5 650,00	0,0%	Total Despesas de Capital	20 310 668,00	26,2%
Total Receita	77 524 223,00	100,0%	Total Despesa	77 524 223,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 8,4 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 6,6 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 64,7 milhões de euros, dos quais 45,8 milhões com financiamento assegurado, aumentando 7,5% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2023.

3. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em outubro, fixado pelo INE, em 5,68 %. Deverão ser excecionadas desta atualização as taxas fixadas por disposição legal específica e ainda a Taxa de Ocupação do Subsolo, prevista no n.º 5.1 do Capítulo VII do RTTM, visando-se nesta opção municipal, contribuir para a atenuação do impacto do aumento do gás nos consumidores finais.

As comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974 são um marco incontornável na história da Democracia em Portugal e ocupam lugar central no Concelho de Palmela, ao longo de 2024. A par da programação "Abril para Já!", que atravessa os vários eixos de intervenção municipal – da Participação Cidadã à Educação, da Cultura à Juventude – a atividade e as políticas preconizadas assentam na defesa inequívoca e no aprofundamento dos valores de Abril.

Depois da assunção das competências transferidas pela Administração Central, no que respeita à Educação e à Ação Social, o Município assume, em 2024, novas competências no campo da Saúde, com repercussão em diversas áreas orgânicas, nomeadamente, por via de um novo aumento do quadro de pessoal, bem como do parque de edifícios e viaturas a gerir e conservar. O esforço de adaptação reflete-se, também, do ponto de vista orçamental, com a transferência financeira a afigurar-se como claramente insuficiente.

Na sequência dos compromissos firmados com a tutela, e que envolveram a cedência de terrenos e a execução de projetos por parte do Município, a fim de agilizar a concretização de respostas urgentes para o território,

espera-se, em 2024, proceder ao lançamento das empreitadas relativas ao novo Posto da GNR de Poceirão e da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo. Até 2025, conclui-se o financiamento de 300 mil euros a cada uma das Associações de Bombeiros do Concelho, para aquisição de uma nova viatura de combate a incêndios, valor que acresce ao regular financiamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes e à comparticipação municipal das Equipas de Intervenção Permanente e dos seguros das viaturas.

Num contexto sociopolítico nacional e internacional delicado, com impacto económico no quotidiano das organizações e na vida das famílias, o Município continua a alargar a sua intervenção na área social e o pacote de medidas de apoio - que estendem a sua influência muito além das rubricas definidas no capítulo "Ação Social" e estão presentes, transversalmente, nas Funções Sociais - concorrem para o maior orçamento de sempre nesta área.

O apoio social escolar é determinante para muitas famílias e o Município mantém o seu compromisso de ir sempre mais longe do que as determinações legais, em áreas como os transportes escolares, os auxílios económicos diretos ou a alimentação escolar. Esta aposta reflete-se, também, nas medidas de Envelhecimento Ativo e Saúde, no estímulo à capacitação, formação e emprego, no aprofundamento de políticas de inclusão social, igualdade e não discriminação, nos programas de desenvolvimento cultural e desportivo, e, este ano, com particular ênfase, no reforço da coesão social e territorial das freguesias rurais de Poceirão e Marateca, através da concretização de mais de meia centena de ações, materiais e imateriais, vertidas na ambiciosa Operação Integrada Local (OIL), construída com a comunidade, executada através de um acordo de parceria local com várias entidades e apoiada pelo PRR – Comunidades Desfavorecidas.

Sublinham-se, igualmente, opções políticas como a paulatina redução da taxa de IMI, a aplicação do IMI Familiar e reduções acrescidas para incentivar proprietários/os à reabilitação de imóveis nos núcleos urbanos mais antigos e ao arrendamento para jovens ou instalação de comércio ou serviços, a isenção de Derrama para as micro, pequenas e médias empresas, o tarifário social automático, o tarifário familiar e a manutenção da tarifa variável dos serviços de água e resíduos para o primeiro escalão.

A habitação, direito basilar consagrado pela Constituição da República, é outra das componentes centrais deste ciclo de trabalho, que conhece maior visibilidade em 2024, concluída a execução de um importante conjunto de projetos para reabilitação ou construção de fogos, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Depois da entrega das primeiras 16 casas, no final de 2023, e da publicação, em novembro, da atualização da lista ordenada de candidaturas ao concurso público para atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado, o Município continua a alargar o seu parque habitacional, a ampliar a oferta em todas as freguesias e a alojar mais famílias.

A sustentabilidade e a adaptação às alterações climáticas continuam omnipresentes no processo de gestão e decisão municipal, enquadradas, de forma mais lata, no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. Intervenções de peso, como a segunda fase de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, a implementação do "Pinhal Novo Verde" ou a expansão das redes de recolha de resíduos porta-a-porta e de biorresíduos, são complementadas por medidas e projetos em áreas como energia, mobilidade, abastecimento de água, saneamento, ordenamento do território ou proteção civil e luta contra incêndios.

Também internamente, a sustentabilidade é um vetor essencial da vida da organização, que procura, permanentemente, a racionalização dos recursos e a modernização e qualificação do serviço. Além da beneficiação de edifícios e espaços de trabalho (para a qual concorre a execução de um plano diretor de instalações), mantém-se o investimento na renovação e eletrificação do parque de máquinas e veículos, na atualização do parque informático para aumento de produtividade e cibersegurança, na aquisição de novas soluções aplicacionais e na paulatina desmaterialização de processos, com mais formalidades disponíveis e melhoria das funcionalidades, entre outras medidas.

Convicto do papel central das pessoas para um Serviço Público de Qualidade, o Município continua a aplicar medidas de valorização e progressão remuneratória, a reforçar a capacidade de prestação de cuidados médicos e a desenvolver campanhas de sensibilização e ações de prevenção de riscos profissionais e a aprofundar as questões ligadas à Saúde Mental. Na formação, além da atividade regular, têm destaque o plano de formação inicial para cada novo/a trabalhador/a com posto informatizado, a formação em Língua Gestual Portuguesa destinada a profissionais dos balcões de atendimento, escolas e outras áreas de contacto com o público, e a

concretização de novos programas de RVCC para trabalhadoras/es que queiram completar o 9.º ou o 12.º ano de escolaridade.

O Orçamento 2024 apresenta um valor global de 77,5 M€, um aumento de 6,9% face à dotação inicial de 2023 (+5 M€). O valor afeto às Grandes Opções do Plano cresce 7,5% (+ 3,2 M€ relativamente à dotação inicial de 2023), para 45,8 M€. A maior fatia continua a corresponder às Funções Sociais, cabendo à educação, resíduos sólidos, habitação e urbanismo e saneamento os maiores volumes de investimento em 2024.

FUNÇÕES SOCIAIS

Este capítulo apresenta as áreas de intervenção mais diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades básicas das populações, que correspondem a 73% das GOP, num total de 33,4 M€.

Educação

Qualificação do Parque Escolar

O acentuado crescimento demográfico do Concelho justifica a necessidade de ampliação da rede escolar, cenário previsto na revisão da Carta Educativa de Palmela, a concluir em 2024/25. Prevê-se, igualmente, a conclusão e entrada em funcionamento do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, que ficará ao serviço deste estabelecimento de ensino, mas, também, da comunidade. A par do apetrechamento das escolas básicas e jardins-de-infância com novo equipamento, mobiliário e material didático, o Município continua a investir na requalificação do Parque Escolar. Avança, em 2024, um importante conjunto de empreitadas, com particular incidência na beneficiação dos logradouros – EB Joaquim José de Carvalho, Palmela, EB Lagoa da Palha, EB Salgueiro Maia, Pinhal Novo (logradouro pré-escolar, outros espaços exteriores, climatização), EB Alberto Valente, Pinhal Novo (logradouro e intervenção nas coberturas), EB Aires (climatização e pavimentos) – além da requalificação de espaços de cozinha e refeitório nas EB Batudes, n.º2 Palmela e n.º2 Olhos de Água. A EB José Saramago (Poceirão) vê requalificados os espaços exteriores e o polidesportivo coberto, ao abrigo da OIL. Serão, entretanto, desenvolvidos estudos e projetos relativos à construção de uma nova escola básica em Palmela, à segunda fase de ampliação da EB Cabanas e à requalificação e modernização das EB Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo).

Apoios Socioeducativos

Ano após ano, o Município continua a aprofundar as suas políticas de apoio socioeducativo, agregando valor às medidas já em prática. Com a recente revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudos, o número de bolsas a atribuir em 2024 sobe para 70. Mantém-se a oferta dos cadernos de atividades também ao 2.º ciclo do ensino básico, já iniciada no presente ano letivo, bem como o pagamento a 100% dos passes para o ensino secundário, e é diversificado o “cabaz” do reforço alimentar. Projetos como o “Fantasiarte”, o “Aprender a Nadar” ou os “Jogos Desportivos Escolares” aprofundam mais de duas décadas de história junto da comunidade educativa, enquanto outros, como o “Aprender a Jogar” preparam o seu regresso, em moldes diferentes, e o “Ciclismo vai à Escola” chega, também, ao Agrupamento José Maria dos Santos (Pinhal Novo). O Município continua a apoiar projetos socioeducativos das escolas e IPSS do Concelho, a desenvolver ações de formação e sensibilização para as necessidades específicas de docentes, educadoras/es e auxiliares de ação educativa e a promover novas pontes e sinergias entre a escola e a comunidade, para uma Educação cada vez mais inclusiva e ao longo da vida.

Saúde

Projetos como o “Saúde Palmela”, em parceria com a Unidade de Saúde Familiar Santiago (Palmela), ou a Unidade Móvel de Saúde contribuem para alavancar a literacia em saúde e promover a importância da prevenção e dos cuidados primários. Esta última tem demonstrado a sua versatilidade e utilidade, ao servir de suporte, também, para ações de vacinação e rastreio e consultas de saúde ocupacional descentralizadas, junto das/os operacionais das escolas, ou para a atividade do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, com atendimento gratuito em todas as freguesias.

Não obstante, destaca-se, neste eixo de trabalho, a assunção de competências da Administração Central, nomeadamente, gestão, manutenção e conservação de unidades funcionais de saúde, parque de viaturas e pessoal da carreira de assistente operacional. Esta transferência de tarefas deixa o Município de fora da tomada de decisões importantes para a melhoria do acesso das populações a cuidados de saúde, pelo que se mantém

atual a reivindicação pela colocação de mais profissionais nos centros de saúde do Concelho. Neste período, prevê-se concluir o projeto de execução relativo à nova Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo e lançar o respetivo procedimento, ainda sem expressão orçamental neste momento, enquanto se aguarda a aprovação do financiamento.

Ação Social

Assegurar o exercício da competência de Ação Social, iniciado em abril de 2023, dando continuidade ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, é uma das missões de maior relevo deste ciclo de trabalho, sendo que, no final de outubro, eram acompanhadas perto de quatro centenas de famílias em situação de vulnerabilidade. Também neste capítulo, o Município distribui, trimestralmente, o "Cabaz Solidário Saudável", à base de carne de aves, reforça o apoio financeiro ao Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal e apoia o funcionamento das várias Lojas Sociais do Concelho, dinamizadas por grupos sociocaritativos. A boa articulação da Rede Social concelhia é fundamental para uma resposta rápida e de qualidade às necessidades identificadas, pelo que se procura reforçar os laços de cooperação e a dinamização do Conselho Local de Ação Social. Mantém-se a implementação da Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo, Saudável e da Relação entre Gerações: 2021-2025 "Palmela Maior", que engloba um vasto conjunto de programas de animação social, exercício, educação ao longo da vida e promoção do convívio e da autoestima. Merece destaque o serviço de Teleassistência "Cuidar +", uma ajuda muito importante para as famílias, ao contribuir para a manutenção e autonomia da pessoa idosa no seu domicílio, com dignidade e segurança. No que respeita à relação com as IPSS, além do apoio regular, sublinha-se a estreita colaboração no âmbito das candidaturas ao PRR, com vista à requalificação ou criação de novas respostas sociais. Num momento de forte crescimento demográfico, continua a ganhar expressão o atendimento a migrantes pelo CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.

Habitação e Serviços Coletivos

Habitação

A Estratégia Local de Habitação de Palmela, em implementação até 2026, conhece, neste ciclo, uma fase de maior visibilidade pública. Num momento em que já se encontram adquiridos 52 dos 101 fogos previstos no eixo da reabilitação, prevê-se adquirir 40% do remanescente ao longo de 2024. No eixo da construção, dos 67 fogos previstos, estão já em execução os projetos relativos a 47, e os restantes em processo de aquisição de serviços para a sua elaboração. É acompanhada, igualmente, a execução das soluções habitacionais a desenvolver por entidades parceiras do 3.º setor e beneficiárias/os diretas/os, ao abrigo da ELH. À semelhança do que aconteceu no último bimestre do ano, o Município continua a entregar casas, na sequência do concurso público para atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado, e a gerir um parque habitacional em franco crescimento.

Centro Histórico

Decorridos cinco anos, pretende-se avaliar a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela, decorrente da delimitação da Área de Reabilitação Urbana, e continuar a aprofundar o caminho traçado. Em 2024, conclui-se e dá-se início à aplicação prática do Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico, bem como do Plano de Circulação, Sinalização e Estacionamento para este núcleo urbano. A requalificação do Largo do Chafariz D. Maria I, o estudo para a Alameda 25 de Abril, o lançamento do procedimento para a recuperação do edifício PAL - que deverá assumir a denominação "Palmela Conquista" – a conclusão de importantes e delicadas empreitadas de recuperação dos edifícios dos Paços do Concelho e do antigo posto da GNR de Palmela e uma nova fase de requalificação de arruamentos e espaço públicos da vila marcam este ciclo de trabalho na sede do Concelho.

Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico

A conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal é prioritária, em 2024, seguindo-se o desenvolvimento de ações estratégicas previstas pelo Plano, nomeadamente, o estudo "Delimitação de Zonas Ameaçadas pelas Cheias" ou o Plano Municipal de Redução do Ruído. Entretanto, o Município continua a incrementar o número e a tipologia de pedidos a disponibilizar através da plataforma *E-paper*, concorrendo para a gradual desmaterialização de processos de urbanismo.

À semelhança do Centro Histórico de Palmela, mantêm-se a monitorização e a avaliação do grau de execução da Operação de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo. Ao nível macro, intensifica-se o diagnóstico e monitorização de todo o território, com enfoque nas áreas mais deprimidas dos núcleos consolidados ou em fase de consolidação e no levantamento das áreas que têm vindo a ser ocupadas com construções precárias e/ou amovíveis. Acompanhando uma fase de dinâmica acrescida por parte de várias Áreas Urbanas de Génese Ilegal, o Município reforça ações de cooperação com as respetivas Comissões de Administração, a fim de impulsionar a conclusão dos processos de reconversão e emissão de alvará e, em áreas com alvará já emitido, trabalha junto das/os particulares com vista à regularização das construções existentes.

Saneamento e Infraestruturas

Na sequência dos objetivos prosseguidos nos últimos anos, o Município continua a investir fortemente, por um lado, na renovação e requalificação das redes de infraestruturas e, por outro, na sua extensão a outros pontos do território, a fim de abranger núcleos ainda não servidos, fruto da sua génese. As empreitadas de infraestruturização geral previstas para zonas como Lagoinha (caso da Rua da Lusitânia ou da Rua dos Amigos), Olhos de Água, Quinta do Anjo (Rua Manuel João de Lima Simões) ou Quinta do Canastra e Sobral/Terrim (Rua Zeca Afonso, 2.ª fase da Rua José da Cruz Coelho) ascendem a dois milhões de euros, e no centro de Pinhal Novo, regista-se a intervenção na Rua João de Deus. Sublinham-se, também, importantes investimentos na rede de esgotos em Cajados, Abreu Grande/Carregueira, Miraventos (2.ª fase) e na EN252 junto ao Portal Branco/Quinta das Asseadas e zonas limítrofes. Entretanto, o Município continua a concluir infraestruturas em loteamentos abandonados pelos promotores em diversos pontos do Concelho, importante contributo para a coesão territorial, a imagem urbana e o incremento da dinâmica urbanística.

Abastecimento de Água

Garantir o acesso universal a água de qualidade, direito humano basilar, está no cerne da política municipal para esta área de trabalho, em estreita ligação com objetivos de sustentabilidade e modernização dos sistemas de captação e fornecimento. Nesse sentido, continuam as obras de reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo, com a remodelação de condutas e nós da rede e a execução de um novo atravessamento da linha férrea, conclui-se a rede de distribuição da Rua Miguel Cândido e outros arruamentos de Cabanas, é prolongada a rede na Rua Miguel Torga para a Rua do Faia, na Penalva, executa-se uma conduta na Rua da Salmoura, em Vila Amélia, e projeta-se a ampliação da rede para servir Forninho, Asseiceira e Fernando Pó, com três novas captações.

Não obstante as recomendações da entidade reguladora ERSAR, o Município mantém o compromisso político de desonerar as famílias, financiando a cobertura de custos no saneamento e nos resíduos, face ao agravamento da Taxa de Gestão de Resíduos, e aprovando, ainda assim, para 2024, um tarifário acessível, sem alterações na tarifa variável no primeiro escalão e mantendo a tarifa social automática para utilizadoras/es domésticas/os.

Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

O Município bate, sistematicamente, recordes de recolha de resíduos sólidos urbanos e o sistema municipal de recolha de biorresíduos, iniciado no final de 2022, já colocou Palmela no top 15 dos municípios com maior recolha bio, entre o universo dos 174 que integram o grupo EGF. Neste sentido, a aposta em 2024 incide na permanente qualificação e modernização dos serviços, na expansão da recolha porta-a-porta a outros núcleos urbanos e na inclusão de novos locais, cantinas e unidades económicas na recolha de biorresíduos, determinante para a diminuição da deposição em aterro. O aumento dos índices de recolha e de ações especiais de limpeza não conhecem, ainda, a esperada correspondência na eliminação de focos de poluição e deposição desregada de resíduos, pelo que se mantém a campanha de educação e sensibilização ambiental, em curso, e o reforço das ações de sensibilização e fiscalização.

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza

Em 2024, avançam o estudo e os projetos relativos à 2.ª fase de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, empreitada ambiciosa, cofinanciada pelo Fundo Ambiental, que compreende o troço entre o Vale do Alecrim e a nascente, em Quinta do Anjo. Entretanto, o projeto "Pinhal Novo Verde" continua em implementação, em Val'Flores e no Mercado Mensal de Pinhal Novo, criando novas ilhas verdes no maior núcleo urbano do Concelho, de acordo com as medidas previstas pelo Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas. A plantação de espécies autóctones surge, aliás, repartida por vários momentos do calendário anual e em diversos locais – no âmbito do programa "A nossa Serra - Ama. Planta. Cuida", na consolidação de corredores arbóreos, no

desenvolvimento de ações com a comunidade e numa atenção redobrada ao arvoredo urbano - mas concorre, de forma global, para ecossistemas mais ricos e sustentáveis. Projetos como as "Hortas Comunitárias" ou as "EcoEmpresas" conquistam novo fôlego e, integradas na OIL, merecem destaque importantes intervenções de reabilitação do espaço público em Poceirão, Águas de Moura e Fernando Pó.

No campo do bem-estar animal, além das campanhas de sensibilização e adoção, sublinha-se a ampliação e melhoria das instalações do CROA, a criação de novos parques de recreio para animais, a instalação de mais abrigos para felídeos e a continuidade do programa CED, para esterilização e devolução à comunidade, em parceria com a rede de cuidadoras/es.

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

Cultura

O estudo, preservação e divulgação do património histórico - marca identitária deste território de cruzamento de culturas e forte atrativo turístico - é um eixo de trabalho inesgotável. Assumem particular importância, em 2024, a intervenção para estabilização da Torre de Menagem do Castelo e elementos parietais da Igreja de Santa Maria, ações de conservação e valorização de sítios arqueológicos, a abertura do Centro de Investigação do Património Cultural (a instalar no edifício do antigo posto da GNR de Palmela, em reabilitação) e, integrada na OIL, a recuperação e valorização da ruína da Igreja de S. Pedro da Marateca. A par da investigação ligada à Arqueologia e às Ordens Militares, ganha relevo, no ano em apreço, a história contemporânea, sendo de referir o projeto de investigação com a Universidade Aberta e o Instituto de História Contemporânea para conhecer o território nos processos revolucionário e pós-revolucionário, a itinerância das exposições "Álbum de Família" e "A PIDE em Pinhal Novo" e a inauguração de uma exposição sobre o cooperativismo.

De forma global, as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e os seus valores e conquistas atravessam toda a programação de 2024, sob o lema "Abril para já": nos equipamentos, na Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, no Museu Municipal e na animação de projetos socioculturais. O projeto "Conversas sem Margens", que motivou a integração da Biblioteca de Palmela na Rede das Bibliotecas Públicas da UNESCO, debate, ao longo do ano, o papel desempenhado pelas mulheres no tempo da ditadura, e os Festivais artísticos "MicroSons", FIAR, "Méee" – Festival *Folk*, "Manobras" e "Sementes" e a programação "Matizes" sublinham o caráter intercultural do Concelho de Palmela. As comemorações do Dia Mundial do Teatro, o Mês da Música e a(s) Semana(s) da Dança continuam a ter lugar de referência no calendário cultural e, a par de projetos como as "Janeiras", a "Noite de Serenatas", a "Queima do Judas" ou as "Noites na Fonte" e das muitas festividades organizadas pelo movimento associativo local e apoiadas pela Autarquia, constituem momentos incontornáveis de celebração comunitária e divulgação do trabalho dos nossos grupos de teatro, músicos e artistas.

Juventude

Em 2024, o Município aposta na ampliação do *Skate Park* do Monte do Francisquinho, Pinhal Novo, e na criação de um novo espaço desportivo junto ao CRJ de Quinta do Anjo, incluindo, também, um *Skate Park*, agregando novas valências e dinâmicas à rede de equipamentos para a juventude. Na sua 29.ª edição, e em parceria com as associações juvenis e de estudantes, grupos informais de jovens, associações com trabalho na área da juventude, mas, também, IPSS e projetos de escola, pretende-se impulsionar o "Março a Partir" a ocupar um lugar cada vez mais relevante nas dinâmicas socioculturais junto desta faixa etária. O Concurso de Bandas Amadoras de Palmela continua a ser um palco de interesse para o lançamento de projetos musicais da Área Metropolitana de Lisboa e, ao longo do ano, a arte urbana, a poesia, as artes plásticas, o desporto e a tecnologia dão o mote a múltiplos concursos, ações e programas de ocupação de tempos livres.

Não obstante os projetos específicos referidos, a Juventude interage e beneficia das políticas municipais plasmadas em todo o documento - na Educação e Formação, no Emprego e Empreendedorismo, na Habitação, na Cultura, no Desporto, na Participação e Cidadania, etc.

Desporto, recreio e lazer

Durante o atual mandato, o Município tem pugnado pelo alargamento e qualificação da rede de equipamentos desportivos ao dispor da comunidade e, em 2024, além do já referido Pavilhão Desportivo da Secundária de Palmela, concretizam-se os campos de Padel de Pinhal Novo, já adjudicados, a Pista Simplificada de Atletismo

de Pinhal Novo, cujo projeto de execução se encontra em conclusão, e é dado um novo fôlego à requalificação de Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos públicos. Acresce a requalificação do edifício sede do Forninho Futebol Clube, de instalações do Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura e do Espaço Multiusos de Águas de Moura, por via da OIL, bem como a reabilitação da sede histórica do Clube Desportivo Pinhalnovense, contributo, também, para a regeneração urbana da zona mais antiga de Pinhal Novo.

Além dos Programas Municipais de Desenvolvimento de modalidades (Judo, Ginástica, Atletismo, Ciclismo e Basquetebol), a caminho das três décadas de existência, o Município consolida, com a Palmela Desporto, o Programa de Desenvolvimento do Desporto Adaptado, com bons resultados e valor incontornável na construção de uma comunidade inclusiva. Projetos de promoção da atividade física e saúde, como o "Mexa-se em Palmela", o "50+ - Programa de Atividade Física", o "Viver Melhor, Viver com Autonomia", a "Festa do Desporto e da Saúde" e a rede de Centros de Marcha e Corrida, partilham o calendário com iniciativas de caráter competitivo e forte atratividade, como a prova internacional de ciclismo "Clássica da Arrábida", a "*Pinhal Novo Night Rur*" e as recentes "Da Baixa ao Castelo", estreada em 2023, e "S. Silvestre da Marateca".

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As Funções Económicas englobam os setores da indústria e energia, transportes e comunicações, comércio e turismo, e correspondem a 10,56 % das GOP, com uma dotação global de 4,8 M€.

Indústria e Energia

Neste eixo de trabalho transversal, enquadram-se as políticas de atração estratégica de investimento em energias renováveis para o território e transição para a energia verde, progressiva eletrificação da frota e racionalização de consumos energéticos, internamente e ao nível da iluminação pública. Tem, assim, continuidade em 2024 e seguintes, a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo e injeção na rede. Pretende-se, também, aprofundar e melhorar o sistema de gestão de luminárias, ao abrigo do contrato de gestão de eficiência energética da iluminação pública, e concluir a instalação da infraestrutura de comunicações *LoRaWAN* com cobertura de toda a área geográfica do Concelho, disponibilizando a plataforma - neste momento, aplicada em projetos-piloto - para diversas valências.

Transportes e Comunicações

O forte investimento na permanente qualificação da rede viária municipal, validado pelas opções priorizadas pelas/os munícipes no processo "Eu Participo!", tem continuidade em 2024, com a repavimentação de eixos estruturantes e a pavimentação de artérias rurais onde se verifica crescimento demográfico e aumento considerável do tráfego. Entre mais de uma dezena de intervenções previstas, destaque para a primeira fase de requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro (Cabeço Velhinho) - intervenção complexa com criação de uma interseção giratória na ligação a Aires e à urbanização Casas da Quinta e melhoria das acessibilidades - a repavimentação da Estrada dos Carvalhos (Palmela), da Rua D'El Rey D. Dinis (Quinta do Anjo) e de mais um troço da EM 533 e 533-1, o prolongamento da Rua 1.º de Maio (Lagoa da Palha) e a pavimentação do troço nascente da Rua do Montinhoso (Pinhal Novo), da Rua Isidoro Vitorino (Lagoinha) e de um troço da Rua 1.º de Janeiro (Pinhal Novo). No campo político, o Município mantém a reivindicação pela construção das variantes às estradas nacionais 252 e 379, a par da sua urgente requalificação.

Neste campo, sublinha-se, igualmente, o investimento no transporte público rodoviário, monitorizado e afinado em permanência, a fim de ir ao encontro das necessidades das pessoas, e com grande expressão orçamental e impacto na mobilidade sustentável. Através da OIL, avança a requalificação das artérias principais do centro de Águas de Moura e de Poceirão.

Comércio e Turismo

Os Mercados Municipais e Mercados de Produtoras/es Locais afirmam-se, cada vez mais, pelo seu papel na promoção dos produtos locais de qualidade, no apoio a micro e pequenas empresas familiares e na

sustentabilidade, própria dos circuitos curtos de distribuição. A fim de potenciar estes contributos, e reconhecendo o seu dinamismo, o Município está a trabalhar na criação de um plano integrado de atividades para os Mercados.

No Turismo, mantêm-se os vetores estruturantes definidos para o território - Turismo Cultural, Religioso e de Natureza, Enoturismo e Gastronomia - e encontra-se em desenvolvimento o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Palmela. Uma nova campanha de comunicação, que traduza o atual posicionamento turístico do Município, está a ser desenhada enquanto, paralelamente, se define a estratégia de futuro da marca territorial "Palmela Conquista", em parceria com a *Coimbra Business School*. O Município continua a marcar presença em diversas redes nacionais de promoção turística e em certames de referência, a trabalhar em estreita parceria com municípios com os quais celebrou acordos de colaboração e com os agentes económicos do setor, para uma oferta cada vez mais rica e integrada. No calendário anual, são incontornáveis iniciativas como o "Palmela Wine Jazz", a Feira Medieval, o Fórum Turismo, o Festival do Moscatel e o "Viva o Natal no Município de Palmela". Em parceria com o Concurso Nacional de Escanções e a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, entre outros parceiros, realiza-se, em 2024, o primeiro Concurso da Casta Castelo.

O programa "Palmela, Experiências com Sabor" conhece um novo impulso, com a integração de uma nova proposta – os "Fins de Semana Gastronómicos Romanos" – e a criação de um programa de formação ajustado às necessidades da restauração local. Sublinha-se, ainda, o Concurso de Doçaria de Palmela, vários ateliês gastronómicos, a Mostra Gastronómica Literária "Pela Boca Entre a Literatura" e outra novidade: o desenvolvimento, com a chef Marta Nunes, de um evento de promoção enoturística e gastronómica, que agregue a restauração, os produtos locais e a restauração.

OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

Feiras, Mostras e Outros Eventos Locais

Em 2024, prosseguem-se os objetivos em curso, assentes na defesa dos produtos e produtoras/es locais, na valorização do mundo rural e na sustentabilidade. Continuam, assim, a fazer caminho, os Planos de Ação para a Valorização da Maçã Riscadinha e da Fogaça de Palmela, a campanha de promoção da espécie autóctone Ovelha Saloia e a monitorização e apoio à certificação de produtos endógenos, como o Queijo de Azeitão. O desenvolvimento do POMAR – Plano Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente e do programa "Palmela Bio", de promoção da agricultura biológica e apoio a produtoras/es bio no Concelho, estão intimamente ligados à participação do Município na "FoodLink" – Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, essencial no âmbito da estratégia de transição alimentar da Área Metropolitana de Lisboa.

No que respeita ao calendário, o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, com apoio municipal, são certames obrigatórios para quem procura conhecer os melhores produtos e sabores da região.

Emprego e Empreendedorismo

Num contexto em que a formação e a inovação são determinantes para o acesso a emprego qualificado e para o sucesso de novas empresas e modelos de negócio, o Município aposta no estabelecimento e reforço de parcerias com instituições que promovam formação específica e apoio na área da empregabilidade – caso da *Dypall*, na sequência da adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e o Empreendedorismo Jovem – e acompanhem as empresas locais nos desafios da resiliência, concorrência e entrada noutros mercados, sendo de destacar a *Enterprise Europe Network*. A renovação do Plano de Atividades da Incubadora de Empresas permite aumentar o número de empresas incubadas e continuar a qualificar os serviços prestados e, por via da OIL, a requalificação do Parque Mário Bento, em Poceirão, abre novas linhas de trabalho, com espaços para incubação de pequenos negócios e projetos ligados ao setor agrícola. Ainda com o apoio do PRR, realizam-se ações de fomento do emprego, dinamização económica e capacitação de jovens e empreendedoras/es, especialmente dirigidas às freguesias rurais.

OUTRAS FUNÇÕES

A solidariedade entre os povos e os caminhos para a Paz constroem-se através do relacionamento multicultural, de um maior conhecimento mútuo e do estabelecimento de relações de cooperação. O Município de Palmela dá continuidade, neste ciclo, ao Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento, no âmbito do qual tem vindo a promover novas ligações e compromissos e a estreitar o intercâmbio com os municípios com os quais já estabeleceu acordos de cooperação ou gemação, nomeadamente, em Espanha e em Cabo Verde.

A monitorização contínua da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 na Autarquia, a avaliação do Índice de Sustentabilidade Municipal, com a rede CESOP Local, o incentivo à participação cidadã, ativa e informada, através do projeto "Eu Participo!", em todas as suas dimensões e junto dos diversos públicos, e a prossecução dos objetivos definidos no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, são vetores que se cruzam, em 2024, com a celebração dos valores de Abril e dos Direitos Humanos e que expressam, afinal, o propósito maior do trabalho desta Organização: a criação de um território sustentável, inclusivo, feliz, orgulhoso da sua identidade, mas de portas abertas ao mundo.

Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos passar à discussão deste Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Só queria dizer uma nota."

O Sr. Presidente da Mesa:

"De rodapé Sr. Presidente."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Nós temos nas nossas Juntas de Freguesia, parceiros estratégicos um conjunto de intervenções no território e até de competências que já foram municipais e de outras que são municipais, mas que estão contratualizadas com as freguesias e quero dizer que atingimos este ano cerca de 3.000.000,00€ (três milhões de euros), de transferências para as freguesias, sem contar com as transferências da OIL, porque há aí uma que vai receber muito mais, mas é por via da OIL.

E outra nota importante também, tem que ver com o aspeto está aqui apenso ao nosso orçamento e tem que ver com o contrato programa e a dinâmica da Palmela Desporto que consegue ter mais equipamentos, mais trabalhadores, mais oferta, mais utilizadores, mantendo resultados positivos, o que significa que a Câmara não precisou de aumentar o chamado subsídio há exploração.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Dizia eu, que estamos no Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028, aceito inscrições.

Não há inscrições?

Patricia Valente Partido Socialista."

A Sra. Patricia Valente do PS:

"Muito boa noite novamente.

Em primeiro lugar queria agradecer à equipa que tratou da elaboração deste projeto, deste longo, extenso documento.

Eu não gosto de começar pelas coisas más, eu gostaria que não houvesse pontos negativos a apontar, mas, temos de insistir nestas questões. Este documento está um tanto redundante é um documento repetido em relação ao último aprovado em dois mil e vinte e três, faltam aqui novas medidas, novos projetos e não é por falta de ideias e sugestões que não tenham sido apresentadas, principalmente da nossa parte e também da parte da Juventude tanto aqui nesta Assembleia como, também no Conselho Municipal de Juventude.

Vou-me focar aqui, em quatro aspetos deste documento, em primeiro lugar gostaria de falar em relação à participação e cidadania nós não vemos aqui nenhum projeto novo, nem qualquer alteração ou adaptação aos projetos já existentes, apesar de existirem visíveis sinais de estagnação.

O projeto do "Eu! Participo" é interessante, não negamos é um bom projeto, ainda bem que é implementado, mas, já começa a implementar sinais de estagnação, onde todos os anos é aquilo, todos os anos é a mesma coisa. Acho que até esse projeto e outros carecem de serem trabalhados conforme as necessidades que vão sugerindo.

Em relação à Cultura, tendo em conta que, sem investimento na Cultura, não há desenvolvimentos queríamos perguntar o que vai ser feito em relação à Cultura, porque é que não consta quase nada no Plano e porque é que este setor tão importante, tão fundamental, está tão despido e através da interpretação daquele documento está desvalorizado, posto de parte, é a sensação com que nós ficamos.

Em relação à Saúde, vou-me repetir em relação ao que foi dito no ano passado por esta altura, queríamos perguntar em primeiro lugar qual vai ser o foco da autarquia na luta pelo SNS, se vão focar em algo específico para o nosso concelho, qual é que é a prioridade da Câmara para a saúde em relação aqui ao nosso concelho e depois queria deixar uma crítica que deixei há um ano há falta de medidas para a saúde mental da população em geral e dos jovens, parece que estamos sempre a bater na mesma tecla, mas é uma tecla que até a gastarmos, até se partir, temos que estar sempre a teimar.

É lamentável que o orçamento não acompanhe as propostas, os problemas que surgem, os problemas que existem em todas as esferas da sociedade e principalmente nas questões da saúde mental, toda a gente já sabe isto já tem vindo a ser falado há muito tempo, há muitos anos por muitas pessoas e o Sr. Presidente ainda à pouco disse que é um tema muito importante, se é um tema muito importante então diga-me por favor o que é que vai ser feito, porque no Plano não vejo nada.

Em relação à Juventude eu entendo que na sua perspetiva, tenha boas intenções quando refere que a Juventude é um tema transversal, claro, claro que sim, tudo é transversal, as necessidades das crianças são transversais a tudo, aos transportes, mobilidade, habitação, saúde, a tudo, mas eu acho que devíamos de fazer a estratégia de outra maneira, devíamos de ter um setor neste tipo de documentos nos orçamentos algo específico para a juventude e começar a trabalhar a partir daí, portanto habitação o que é que é necessário para fixar os jovens no nosso concelho, como é que podemos ajudar os jovens a conseguir pagar uma renda, um quarto, o que for, para a saúde a mesma coisa e para a educação a mesma coisa, como é que podemos ajudar o que é que podemos fazer, concretamente, ponto a ponto, em vez de se dizer que a Juventude é transversal e que está em todo o lado obvio que está em todo o lado, mas é fazermos ao contrário, porque senão não valia a pena estarmos aqui a falar da juventude, porque se nós falamos de juventude é porque a juventude tem problemas específicos que se calhar não existiam há uns anos atrás mas que agora existem e nós temos que trabalhar a partir daqui, portanto eu acho que está na altura de mudar a estratégia em vez de dizermos que a juventude é transversal, não, fazermos ao contrário a juventude devia de ser uma prioridade de investimento, é uma urgência é urgente investir, potencializar, inovar, utilizar a juventude das suas capacidades para o melhoramento do nosso concelho, podíamos tirar muito mais proveito dos jovens que temos.

Reforçar que não nos conformamos com a decisão e a forma como a juventude é tratada neste documento, já tínhamos referido mais que uma vez, e no fundo queríamos compreender porque é que a abordagem à

juventude é feita desta forma. Se tanta gente já criticou, já falou porque é que ainda não pensaram em fazer de outra maneira, porque é que têm tanto desdém pela juventude, eu honestamente não consigo compreender eu já no ano passado fiz uma série de apontamentos em relação a assuntos importantes, olho para este orçamento e o que é que eu vejo, a mesma coisa que o ano passado, desculpem, e depois, valorizar, lá está, perguntarem aos jovens o que é que eles querem, porque é que querem, e este documento demonstra uma estagnação considerável a vários temas e era isso em relação à juventude que eu gostaria de chamar mais aqui a atenção, mas para finalizar porque não é tudo mau eu gostaria de deixar aqui uma palavra positiva de agradecimento ao esforço que foi feito para dinamizar a página de Instagram da Palmela Juventude Interativa, foi algo discutido aqui várias vezes e também no CMJ, muito debatido pela nossa bancada e realmente notou-se um esforço, nós temos acompanhado a página e verificamos que foi muito mais dinamizada em relação aos anos anteriores este é o ponto positivo que identificamos, mas ainda assim gostaríamos de apelar que continuassem a trabalhar nessa questão, que pudéssemos melhorar ainda mais, e que nos dessem mais respostas a esse nível.

É só, terminei.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Carlos Oliveira, Bloco de Esquerda.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero em primeiro lugar, deixar uma palavra de apressamento pelo trabalho feito pelos técnicos do município pela elaboração deste documento, de facto o grau de qualidade da redação, na apresentação da informação detalhada através dos gráficos e das tabelas continua bastante elevado e dou por isso os meus parabéns ao trabalho desenvolvido.

Quanto à análise à proposta, não conseguimos detetar as contas erradas, bate tudo certo, mas é na leitura política que encontro divergências naquilo que são opções deste executivo e as ideias para o município melhor, que são as ideias do Bloco de Esquerda.

É certo que este orçamento não tem medidas que prejudiquem a vida dos Palmelenses, até estamos de acordo em parte das medidas contidas nas despesas com as funções sociais, só que na nossa opinião era possível ir mais longe no que diz respeito à redução das assimetrias locais no reforço dos serviços públicos de apoio ao município, no combate às alterações climáticas e à melhoria do ambiente e aqui deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente Álvaro Amaro, que quando esteve a apresentar a proposta ouvi-o queixar-se da taxa de gestão de resíduos, mas o que se esqueceu de dizer é que a taxa de gestão de resíduos incide sobre os resíduos depositados em aterro e não sobre os resíduos separados e tratados.

Há aqui um problema, mas indo depois ao conteúdo da proposta, no parágrafo dos resíduos sólidos vemos que o município sistematicamente bate record de recolha de resíduos sólidos urbanos e o sistema municipal de recolha de bio resíduos, não quer dizer que falharam, mas quando diz que tem de incutir os custos inerentes ao pagamento da taxa gestão de resíduos que é da responsabilidade das entidades que fazem a recolha do tratamento, no caso o município, não só, mas o município também está a incutir esse custo aos municípios, quando poderia fazer um investimento na promoção da separação dos resíduos, plástico, papel etc.

Poderia ir mais longe também na promoção da Igualdade de Género, na eliminação da violência contra as mulheres, no combate ao racismo e na descentralização dos grandes eventos culturais do concelho, é, portanto, um orçamento que apenas cumpre o guião do PCP, com proposta em parte idêntica ao do Bloco de Esquerda, mas que não é ambiciosa na transformação na vida das populações do concelho de Palmela.

Aproveito desde já, para deixar aqui qual é a nossa tendência de voto neste ponto e o Bloco de Esquerda vai-se abster.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Carlos Oliveira.

Luis Marques do M CCP”

O Sr. Luis Marques do M CCP:

“Boa noite a todos, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, as Sras. Secretárias, na sua pessoa todos os colegas das bancadas, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, muito obrigado.

Começo a intervenção pelo que mais me agrada e tendo em conta que para o M CCP é o terceiro orçamento que estamos a analisar deste executivo, não posso deixar de agradecer a qualidade técnica e agradecer aos técnicos que fazem um trabalho excecional, que elaboram este documento de uma forma eximia, mas depois analisamos este documento em termos de valor excelente, mas na análise do documento não nos deslumbra uma visão estratégica para o concelho, uma visão para Palmela daqui a vinte ou trinta anos, não encontramos aqui nada de diferenciador em relação aos outros orçamentos que já vimos nos outros anos, ou seja, aquilo que nos aparece aqui é aquilo que nós já ouvimos nos outros anos anteriores não encontramos aqui nada para além daquilo que é obrigação, nada que se diferencie substancialmente dos outros documentos que já nos foi apresentado nos outros anos anteriores.

Começo aqui por algumas questões, alguns reparos em relação aquilo que nos é apresentado no documento. Neste momento Palmela tem grandes empresas a elaborar que dão emprego, move a economia e faz com que o território possa ter alguma dinâmica económica diferenciada, mas estas empresas ficaram aqui para sempre nós gostaríamos que sim, mas é obrigação deste executivo trabalhar na desertificação económica para que num possível abandono destas grandes empresas o território não possa vir a ter impactos negativos económica e social inerentes a esta falta de uma ou de várias grandes empresas, acho que é uma obrigação do executivo de ter uma estratégia para que se isso acontecer tenhamos um plano “B”, isso não nos parece que esteja refletido neste documento.

Por exemplo, quando vemos que nas questões que dizem respeito às nossas zonas industriais, não há nada e muitas delas já estão com alguns problemas estruturais dado à sua idade não vemos aqui nada que nos indique que se está a fazer um investimento nas zonas industriais, para que possamos cativar outras empresas, ou outros tipos de economia vocacionadas para a tecnologia e sustentabilidade, pelo menos que estejam refletidas de forma inequívoca neste documento, nós não conseguimos encontrar um sentido orientador para estas questões.

Para agravar isto, naquilo que vemos e naquilo que nos chega e nos é transmitido há outra agravante para estas futuras ou possíveis empresas que poderiam vir para o concelho de Palmela, é a lentidão do serviço de urbanismo em dar determinadas respostas, quando atualmente o tempo, é demasiado pouco, para tudo esta lentidão faz com que percam alguns investimentos que poderiam vir para o nosso concelho e esta inercia do urbanismo, não traz muitas vantagens neste aspeto, pelo contrário.

No domínio das alterações climáticas há pouco o Sr. Presidente tinha falado que não refletiu muito inequivocamente se não estou em erro na explicação que deu na reunião de vereação, mas que aquilo que nós vemos, ou pelo menos até agora foi um somatório de iniciativas que não trouxeram assim nada de muito vantajoso porque os problemas continuam, continua a haver lixo espalhado, continua a haver uma falta de investimento de informação em informar os cidadãos de como é que devem se comportar na colocação de determinados resíduos a onde, ou para onde os levar, não houve esse investimento pelo menos estava programado no orçamento anterior, está programado uma coisa parecida neste orçamento mas continua a estar lá e efetivamente não há assim nada de concreto...”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Vai continuar?”

O Sr. Luis Marques do MCCP:

“Sim, sim, perdi-me aqui no texto.

Mais uma vez verificamos que há projetos que se repetem ao longo dos anos, que saltam de plano para plano, “Portugal 2020, 2030, PRR” e vão saltando de plano para plano, este é o terceiro orçamento que estamos a analisar e eles lá continuam ou seja parece que está a ser difícil de conseguir concretizar alguns deles, alguns repetem-se e posso dar aqui alguns exemplos, a Requalificação da EB Salgueiro Maia, a Requalificação da EB da lagoa da Palha, entre outros, que fomos analisando que já são repetentes nos documentos e para além disso outro exemplo ainda pior, existiam planeadas obras para o Pavilhão Multiusos no Pinhal Novo que neste momento já nem aparece, havia no outro orçamento para motivar o desporto no concelho de Palmela.

Há pouco também falou do Turismo, por acaso tinha aqui tomado essa nota que havia aqui um projeto que dominava reativar o Plano Estratégico de Turismo no orçamento anterior e neste atual foi alterado essa designação para elaborar um Plano Estratégico do Turismo ou seja tínhamos um Plano, há pouco disse que não tinha a explicação eu confesso que continuo sem perceber exatamente o foco em relação ao Turismo, ou seja qual é a linha orientadora para Palmela em termos de Turismo possa ter uma imagem, uma marca de Turismo e seja reconhecido por aquela marca.

Em relação à intervenção municipal na área de Ação Social, para o orçamento de dois mil e vinte e três, no Plano havia uma fase para o Fundo Social de Emergência, para dois mil e vinte e quatro esse Fundo de Emergência Social desapareceu, aparece, mas não se consegue perceber qual é o objetivo, qual é a dinâmica que esse fundo vai ter, ou se vai ter ou como é que vai ser efetivamente orientado.

Não vou prolongar mais, dado todas estas circunstâncias e porque já é o terceiro orçamento que estamos aqui, mais do mesmo indico já o sentido do voto do MCCP, que será do contra.

Obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Luis Marques.

Agora sim, Carlos Vitorino, PPD/PSD.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

“Obrigado, Sr. Presidente e mais uma vez na sua pessoa cumprimento todos e aqueles que, entretanto, chegaram e nos acompanham nas redes.

Palmela é um concelho com potencialidades únicas, poderia e deveria ser um dos melhores concelhos para se viver na Área Metropolitana de Lisboa, no entanto em muitas coisas é um concelho adiado, carências ao nível da higiene urbana e das vias de comunicação, passeios intransitáveis, serviços públicos que demoram uma eternidade a satisfazer coisas simples, é uma aventura por exemplo aprovar as licenças, então no caso do urbanismo é mesmo um desastre, fruto também da legislação socialista na matéria, enfim, podíamos e devíamos ter mais e melhor.

A verdade é que este orçamento é o espelho que lhe referi, de ano para ano vão passando obras que não se fizeram, que passam para este orçamento e que muitas delas vão chegar ao final de dois mil e vinte e quatro sem se fazerem iram para dois mil e vinte e cinco e depois para dois mil e vinte e seis. Em dois mil e vinte e seis sendo ano de eleições geralmente faz-se sempre ali qualquer coisita, enfim, os dias passam e pouco se faz.

Pode ser o cansaço de uma gestão autárquica que já dura há mais tempo do que durou o estado novo, mas a verdade é que este modelismo prejudica o dia a dia das pessoas. Sem um sinal de esperança este orçamento vai passando também com a participação do Partido Socialista, pois a verdade é que este acaba por ser também

um orçamento PS, viabiliza tudo pela abstenção, não exigindo sequer um reforço capaz de meios para áreas da sua responsabilidade como é o caso da limpeza urbana que deixa muito a desejar no nosso concelho.

Por tudo o que disse, por tudo o que disse na reunião de Câmara o nosso Vereador Paulo Ribeiro, o PSD votará contra este documento que não corresponde à nossa visão do que é a gestão autárquica e que mais não é do que aquilo que dizia um governante do passado que suprarreferi.

Este orçamento é uma espécie de revolução na continuidade com a qual nós não compactuamos.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Cristina Moura CDU."

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"Boa noite.

Eu ouvi atentamente todas as bancadas e houve uma palavra que me suscitou curiosidade que foi a palavra inercia, todos disseram de uma forma ou de outra ressaltaram a questão da inercia do município nas propostas apresentadas e na falta de visibilidade e eu contraponho com a palavra inépcia que é a incapacidade de ver, de ver aquilo que é visível, estas propostas que aqui se apresentam são visíveis e basta querermos ver aquilo que está a ser feito e que tem sido feito ao longo dos vários anos, é claro que, dizer que os vários projetos estão sempre visíveis é natural porque às vezes são transversais e há obras que não se concluem num único ano e são objeto de adjudicações de contrariedades, só quem não sabe, é que não percebe como é que as coisas funcionam.

Por outro lado, também gostaria de falar na questão do desenvolvimento e quando se foca demasiado a leitura das Grandes Opções do Plano, podemos correr o risco de estar a ser demasiado pormenorizado, isto é, eu posso falar da Juventude, posso falar da Saúde Mental, posso falar da Terceira Idade, posso falar de milhentas coisas, mas aquilo que é importante no desenvolvimento do município seja Palmela seja de outro qualquer é a questão da identidade, por captar a identidade e valorizar a identidade um pouco para aquilo que se pretende desenvolver e projetar no futuro nesse município, e eu dou o exemplo do concelho da Maia que é um concelho nortenho que eu por acaso conheço e que também já o foquei aqui noutras Assembleias e eles têm uma política exemplar e todo o plano estratégico daquele município e a questão da irradicação da pobreza está assente no Desporto e na Cultura e isso é visível e sente-se na forma como as pessoas vivenciam através do desporto, tudo o resto é um leque que se abre, portanto, todo o trabalho que é feito pelo município é pequenos passos, às vezes são passos que demoram muito mais do que o desejado e o foco é na valorização das pessoas do seu dia a dia, que haja uma identidade cultural, que haja autoestima dos municípios e que depois disso se reveja em todas as formas como as pessoas atuam, participam, porque, por exemplo a questão da cultura e Palmela e por exemplo Setúbal também tem esse problema, que é a questão "eu não posso exigir que as pessoas vão a um cinema e aqui a cultura é uma coisa que por acaso a mim chocou muito, quando vim viver cá para baixo, a cultura tem uma gratuidade e o valor que se paga pelo acesso à cultura é tão irrisório e mesmo assim as pessoas não vão e muitas vezes não vão porquê, porque a questão do acesso à cultura está disponível, mas, não é só estar disponível, as pessoas têm que estar motivadas, têm que viver a cultura e isso é uma questão social, é uma questão sociológica, é uma questão que se tem que trabalhar em pequenas coisas, na questão da autoestima das pessoas para com o município onde elas vivem, não é só queixar é também vir aqui e apresentar as suas questões, as questões do Orçamento Participativo é sempre a mesma coisa e não sei o quê, é importante que eles existam, é importante que as pessoas tenham voz e que falem, e que participem e que vejam o seu dia a dia a evoluir em pequenos pormenores.

Não me querendo alongar e porque a noite também vai ser longa era só para dizer estas breves palavras e dizer que o nosso sentido de voto é no voto favorável."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Jorge Martins do CH, faz favor."

O Sr. Jorge Martins do CH:

"Saúdo na pessoa do Sr. Presidente, esta Assembleia e no Sr. Presidente da Câmara, todos os presentes e todos os que assistem nas plataformas via streaming.

Para além de todas as formalidades que também são importantes, a política e os políticos, devem de servir para melhorar a vida das pessoas ou não servem para nada, sobretudo neste momento difícil que os serviços públicos maioritariamente em estado catastrófico, com a economia a não conseguir crescimentos totais satisfatórios desde o tempo de pré pandemia até aos dias de hoje, com a inflação e consequentemente as taxas de juro em valores assustadores e com tantas outras dificuldades presentes e futuras.

Assim na nossa opinião, é dever deste município, fazer mais, para melhorar as condições de desenvolvimento económico e de atração de novos investimentos que possam gerar mais riqueza, mais emprego, mais e melhores salários, é dever deste município reforçar a segurança pública, apoiar mais os bombeiros, devo aqui realçar que já deram um passo importante e as forças de segurança, investir mais e melhor na habitação vão bastante atrasados, e apoiar mais as famílias, é dever desta Câmara colocar o nosso munícipe no centro de toda a política e ação, é dever deste município não gastar tanto em festas e eventos politizados e combater ativamente a corrupção e o desperdício, é que se gastamos de um lado, depois não temos para o outro.

Por tudo isto, vamos votar contra.

Muito obrigado, disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Há também a questão do Chega colocada há pouco pelo Válder Ferreira, relativamente à questão do ROC, eu já dou de novo a palavra aí a esse lado.

Vou de novo à bancada da CDU onde tenho mais duas inscrições, António Mestre, se faz favor."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Muito obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa e na do Sr. Presidente da Câmara, cumprimento todos os presentes que assistem nesta sala, comunicação social, e a todos aqueles que lá em casa nos acompanham nesta reunião.

Eu pedi a palavra, não era para falar agora, mas porque com alguma estranheza reparei que a maior parte das informações que aqui vieram e dos posicionamentos vieram muito baseados naquilo que é a introdução ao documento, eu não quero acreditar que não foi lido, só nós limitamos porque fizemos todos tanto e eu faço também, tanto elogio à qualidade técnica que merece que essa qualidade técnica seja apreciada, lendo o próprio documento.

Só quero pegar aqui três ou quatro coisas, porque eu acho para quem está lá em casa, como foi agora dito pelo Jorge Martins, do munícipe no centro, é bom ler o documento para perceber onde é que está o munícipe e estando ele no centro e há bocado aqui a bancada da CDU, também já o referiu, todas as ações são transversais a ele.

Mas eu queria aqui pegar numa coisa, há bocadinho falou-se em visão estratégica há vinte anos, em primeiro lugar nós estamos a trabalhar num documento que tem cinco anos, se quiserem perceber a orientação

estratégica há um documento com menos páginas, que se chama programa de mandato em que tem a visão estratégica da CDU que está plasmada nos orçamentos e é de fácil leitura, mas mesmo neste próprio documento também o podemos fazer, não há nada de visão estratégica para o turismo, eu acho que quem tiver o documento vai da página oitenta e um à oitenta e três, e na parte do turismo logo no paragrafo inicial diz: " Em dois mil e vinte e quatro, proceder-se-á à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo de Palmela, através do qual o município pretende definir a visão estratégica", dizer que não há e não o ler que ele está programado e está devidamente dotado para dois mil e vinte e quatro, eu não quero acreditar que seja só por termos uma outra opção política.

Depois, dizer que não conhecemos uma imagem de marca quando o "Palmela Conquista" ganha prémios e é reconhecido internacionalmente, também só pode ser, creio eu, por desatenção. E eu até concordo aqui com algumas coisas que foram ditas até do ponto de vista económico, que é a questão de ter a preocupação de criar a coragens diferentes do tecido empresarial para prever outras situações, mas eu recordo que em momentos anteriores já foram apontados investimentos previstos para o concelho que estão em desenvolvimento, estou a falar na área do audiovisual, um investimento que vai dar emprego e de vários milhões de euros, que eu acho que também não deve de ter sido ignorado e não foi por isso que não foi referido aqui.

Depois, há coisas que são importantes, dizer às pessoas, a Patricia Valente, vai-me perdoar, mas eu não gostei mesmo, e como tenho uma relação também franca, de ouvir dizer que há um desdém pela juventude e aqui digo até com um sentimento quase pessoal, porque anteriormente às soluções trabalhei na juventude e por exemplo, fui uma das pessoas como técnico que trabalhei na criação do "Março a Partir" nunca houve e há aqui mais eleitos até que trabalharam nessa matéria, nunca houve e que eu tivesse notado "desdém", nem nos documentos apresentados, nem na pratica, pela Juventude por parte desta autarquia estejam as forças políticas presentes neste executivo ou na Assembleia é só dizer-lhe que não me senti retratado nesse "desdém".

Depois também não me sinto retratado num documento em que trata a Juventude como ela argumenta ser e a sua expressão foi essa "plurifacetada", para ser plurifacetada tem de estar nas várias facetas do orçamento, o orçamento não é um plano de intenções, tem uma estrutura e é nessa estrutura que se refletem.

Quando vamos aos Investimentos e vimos falar em Skatepark, quando vamos às Atividades e vimos Streetbasquet, quando vamos à Participação e, há até programas jovens, quer na Câmara, quer nas próprias freguesias, há programas de Participação e Cidadania, onde os jovens são envolvidos e não estou a falar só de estruturas como o Conselho Municipal onde as estruturas políticas representadas levam a sua visão e muito bem, onde enriquecem ou não os documentos, este documento tem aquilo que coloca um cidadão, seja ele jovem ou idoso no centro das suas preocupações, e, é fácil de ver nos Investimentos eu dou-lhe um exemplo dei-me ao trabalho até porque o tinha e o deveria fazer de trabalhar por exemplo questões como a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, quer nos novos investimentos no Skatepark, quer no ambiente, a Regularização da Vala da Salgueirinha o avanço dos projetos, o novo espaço de Jogo e Recreio que foi reivindicado pelas pessoas jovens, crianças, pais da Praceta Antero de Quental, o continuo investimento do Parque Escolar com a Ampliação da EB de Cabanas no processo de aquisição de terreno e futura ampliação do espaço, inicio do Projeto de Reconversão do Cine-Teatro de São Gonçalo na fase inicial e que foi discutido inclusive na semana de Freguesia de Quinta do Anjo, que se quer um processo de ampla discussão e de trabalho para a criação do Programa Preliminar, na área da Cultura e nos Investimentos da Cultura e no Desporto iniciar o Projeto da Bancada para a dinamização do Polidesportivo do Bairro Alentejano, o apoio aos novos Balneários do Polidesportivo das Marquesas, sim, há aqui investimento e há algum investimento que as competências são tão latas que em primeira matéria seriam de um Governo como foi dito há bocadinho, expurgarmos dinheiro de um lado, para cobrir no outro.

Não está tudo garantido e um Plano e Orçamento Plurianual, define-nos a maior parte das coisas que é possível colocar com as dotações e com as regras orçamentais que é para colocar, o Sr. Presidente aqui, em outras alturas já fez uma chamada de atenção que eu acho que é bom para quando debatemos números sejam eles quais forem, quando se elabora um orçamento há matérias que não podemos por mais do que a média aritmética da receita dos últimos vinte e quatro meses, por exemplo, mesmo que saibamos que e a Câmara já disse que vai recorrer a empréstimos, vai incorporar o saldo, reforçar a receita e temos matéria e teremos todos matéria e aqui as freguesias nessa matéria tem um momento de participação que vem aqui definido como mais um, não é só o "Eu! Participo" são as Semanas de Freguesia em que pode e deve tê-lo feito e eu falo por todas as Juntas, temos participado nesse processo influenciando o orçamento da Câmara até antes da revisão

orçamental para que novos investimentos fruto quer daquilo que é o trabalho e o conhecimento das freguesias no terreno, quer também aquilo que é a pressão dos próprios munícipes e da sua situação participação que influenciam este orçamento.

Parece-me que há aqui uma clara leitura daquilo que é o propósito de cada força política e muito legitimamente, mas também uma omissão daquilo que o próprio documento diz e não é exposto, eu acho que para sermos todos claros temos de dizer aquilo que não diz o documento e gostaríamos, mas aquilo que está no documento e que não vale a pena todos ignorarmos.

Só em matérias de investimento para a Freguesia de Quinta do Anjo, olhe outro, a ciclovia de Cabanas/Quinta do Anjo, outro que foi participado pelas pessoas porque isto importa dizer para quem nos ouve lá em casa precisa de saber o que é que consta no documento que estamos em votação.

A questão do prolongamento da rede de água para a Rua do Faia, na zona da Penalva que é uma reivindicação e que levou à participação e à mobilização, lá está, por uma necessidade de dezenas de pessoas, à Junta, à Câmara, à negociação e finalmente tem-se o projeto. Há um conjunto de investimentos que vale a pena olhar para eles não só pela designação que têm, mas pelo fim que servem, muitos deles servem vários fins e por isso acho que na Freguesia de Quinta do Anjo inicialmente no orçamento está um valor de dois milhões, trezentos e cinquenta e sete e duzentos euros, eu acredito que possa vir a ser superior com a incorporação das verbas que estão a definir, mas também com as alterações que possam ser feitas.

Este é um documento que cumpre, é um documento com transparência e é um documento com as possibilidades que já foram inventariadas aqui quer de incorporação de saldo futuramente, quer de inclusão das obras e do seu desenvolvimento e já agora sobre as obras Plurianuais há uma coisa que não nos podemos queixar é que uma obra quando é aprovada por uma candidatura é porque cumpre o requisito e esse requisito às vezes demoram um tempo dependendo de outras identidades e depois quando é um programa plurianual, nós temos que ter dotação orçamental num ano para preparar programa preliminar, o projeto, é importante que se conheça as fases de um grande investimento e o saiba destringir de uma pequena ação ou de um pequeno investimento porque isso ajuda-nos também a ler um documento que na maior parte dos casos é complexo.

Não faço recomendações a ninguém e não sou ninguém para o fazer, mas acho que valia a pena também olharmos para as coisas que estão inscritas neste documento e fazer a sua análise com o que falta ,ou com o que gostaríamos de ter, mas com o que cá está, e certamente o que cá está, contribui para a continuidade do desenvolvimento do Concelho de Palmela e de todas as suas freguesias e portanto como já foi dito o voto da nossa bancada será um voto favorável, mas não podia deixar passar em branco aqui algumas omissões que valia a pena relembrar.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Carlos Vitorino PPD/PSD, faz favor.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

“Sr. Presidente, eu tinha feito ponto de ordem relativamente a uma afirmação que foi aqui feita, mas como seguiu, eu gostava que a Sra. Membro da Assembleia Cristina Moura, nos esclarecesse o significado de inépcia que aqui disse, porque o significado de inépcia nos termos do português que eu saiba é falta de aptidão, ausência de entendimento, inteligência, tolice, idiotismo, portanto não sei se é isso que fala, mas na democracia há contraditório e as opiniões dos outros são para ser respeitadas e aquilo que eu acho é que se calhar houve aqui alguma, não vou dizer inépcia, mas, houve aqui algo que ofendeu quem conhece o significado da palavra. Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Carlos Almeida, faz favor."

O Sr. Carlos Almeida da CDU:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me que em primeiro lugar me penalize e peço desculpa porque nos meus cumprimentos iniciais não cumprimentei a comunicação social que está connosco e muito bem.

Relativamente aquilo que aqui foi produzido, penso que neste momento e fazendo aqui um bocadinho de pedagogia também é importante que, fazendo aqui a CDU, mais uma intervenção não repita, e, portanto, que não haja aqui um relato de circunstâncias com os quais eu concordo e às quais adiro totalmente que já foram proferidas pelos meus camaradas.

Para dizer o seguinte, eu percebo perfeitamente e também devo dizer que me chocou um bocadinho a primeira intervenção, eu, percebo efetivamente que seja feita com boa intenção, a primeira intervenção, foi produzida sobre este ponto e que corresponda a um desassossego e a uma apreensão e a um desejo que tenhamos todos nós de ver concretizada uma determinada política.

Mas, a verdade, também é preciso fazer aqui um bocadinho de pedagogia e isto começa a ser muita das vezes recorrente, que é, estrarmos desassossegados com determinado tema, não estarmos confortáveis com ele e depois trazer Aliça, como responsáveis outros que não podem responder. Devo dizer que me senti aqui um bocadinho na Assembleia da República a ouvir uma força política a utilizar o direito que tem uma vez por cada sessão legislativa o direito protestativo de chamar membros do Governo a requerer da sua audição, neste caso a Sra. Ministra da Habitação a Dra. Marina Gonçalves, ou o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desporto, porque realmente é impossível esperar que a nível local a Administração Local possa realizar políticas de intervenções que sejam elas tão transversais e tão profundas que toquem, enfim, todas estas áreas e todas aquelas que não foram aqui mencionadas.

Temos que ter a certeza da dimensão do que estamos a falar e perceber que não temos aqui o Ministro Medina, nem temos aqui Sua Excelência o Senhor primeiro-ministro, não temos os responsáveis pelas políticas que ainda não conseguiram, felizmente para nós, aligeirar e desfuncionalizar tudo aquilo que são funções sociais do estado nas quais se inclui certamente o direito constitucionalíssimo e fundamental à habitação e o direito que os jovens têm a viver a sua vida em pleno e a ter uma formação saudável e a poder construir a sua vida e o seu projeto de vida com trabalho, com educação, com tudo aquilo que desejamos para eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente, disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Não tenho mais intervenções.

Cristina Moura."

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"É breve, e não querendo deixar de responder, eu não retiro aquilo que eu disse e peço desculpa se ofendi, mas a palavra é mesmo a aquela que eu queria empregar, a incapacidade de ver aquilo que está explanado no documento, é só, obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vamos lá a ver, todos sabemos etimologicamente o que a palavra quer dizer e, portanto, não vale a pena neste momento querer-se dizer que diz outra coisa, portanto peço desculpa, mas não vou entrar por aí Carlos, peço desculpa.

Muito bem, Sr. Presidente de Câmara peço-lhe um, roda pé, são vinte e três hora e vinte minutos, até porque a bancada da CDU..."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Isto é um documento..."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Eu sei que é um documento, o Senhor falou o tempo necessário, a discussão aqui é feita sempre nas bancadas e a sua bancada esteve e posso dizer-lhe a si estou perfeitamente à vontade para o fazer, perfeitamente à altura da defesa do documento.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Nem vou responder a todas as questões, até porque vou corresponder à preocupação de V. Exa. Olhe que os pontos que vêm a seguir são muito rápidos de discutir e de votar.

Pois bem, Sras. e Srs. membros da Assembleia, eu percebo algumas dificuldades de V. Exas. em não conseguirem acompanhar não só a compreensão e a visão que está neste instrumento, que é um instrumento de operacionalização de linhas estratégicas que não estão lá completamente gizadas, nem podia estar, se não era um documento demasiado teórico, isto é um documento que visa ser um documento de trabalho para as nossas equipas terem escarpelizadas verbas onde é que podem gastar, como e com que projetos, se calhar os senhores proferiam um documento de Plano e Orçamento como eu conheço de outros municípios e se calhar não é só por terem uma escala diferente, mas que parece um Plano e Orçamento de muito mérito de algumas Coletividades em que tem um conjunto de intenções e isso sim é bonito fica no ouvido e depois tem o orçamento com uns números e com "**bolds**", que é para a malta não saber de onde é que saiu o dinheiro.

De facto, há aqui uma qualidade técnica e uma opção política da elaboração deste orçamento que visa ser o mais explícito e transparente para quem o aprecia, que está disponível para ser complementado com as respostas políticas de quem o elabora e o defende tem obrigação de dar a V. Exas. mas que tem também de ser um instrumento útil de trabalho para quem vai ter de o concretizar, mas conheço também outras dificuldades de V. Exas. que são de natureza política, mas isso deixarei para a conclusão.

Vou já começar por dizer quando os senhores aludem por vezes a coisas gastas, a cansaço etc., eu também quero dizer-vos que eu também estou um bocadinho cansado, mas não é do trabalho e da determinação e da visão estratégica e da inovação que temos para o território, nesse caso vai ter se me ouvir, eu tenho aqui linhas estratégicas para ler a V. Exas. para os Senhores perceberem o que ali está e onde é que isto se encaixa eu estou é cansado de alguns destes argumentos, eu esperava mais da oposição há tanta coisa a propor, há tanta coisa a melhorar é essa a oposição construtiva que nós gostávamos de ter de umas bancadas porque de outras eu também já estou cansado dos argumentos de terra queimada, bota abaixo, que é tudo ao invés daquilo que hoje está publicado e se noticia sobre o Concelho de Palmela, os Srs. têm que se informar dos ranking, dos indicadores de desenvolvimento, dos estudos independentes não daqueles que nós temos que pagar para virmos nos dez melhores concelhos do país para viver, voltei este ano a dizer "não adjudicamos coisas dessas" sejam entidades independentes a ver isso e também já vos darei algumas notas.

Cara Patrícia Valente, propostas dos partidos de oposição no âmbito da Lei de Direito de Oposição, zero, algumas ideias e opções estratégicas com o Partido Socialista foram sempre conversadas ao longo do ano e não só com o Sr. Vereador, naturalmente que tem funções e que para mim, faz parte do meu executivo, é do Partido Socialista, mas é do meu executivo e que até o costume defender quando ele tem naturalmente de ter a honra e o trabalho defendido.

A Senhora fala aqui de propostas da juventude, etc. etc. por acaso o Sr. Presidente ainda não disse que o parecer do Conselho Municipal de Juventude, foi aprovado por maioria, é bom, é bom, porque de facto o

contexto daquele Conselho Municipal de Juventude começa a ser preocupante, o representante da Juventude Socialista esteve quarenta minutos a apresentar oitenta propostas que vão desde muitas coisas, naturalmente por opção do Partido Socialista que eu respeito e que conheço, muitas propostas interessantes mas que eu disse-lhe, meu amigo, não é no dia do Concelho Municipal de Juventude que devia de ter lido as linhas estratégicas que foram distribuídas em outubro da juventude, há um programa de linhas estratégicas da juventude distribuídas em outubro para dar contributos, antes da elaboração do orçamento, não é no dia do parecer que me apresenta oitenta e tal propostas, muitas delas repetidas com coisas que já estão implementadas nomeadamente da área da formação e empreendedorismo, o que é bom sinal, é sinal que até estamos sintonizados, mas também propostas que o Partido Socialista não apresenta na Assembleia da República, porque isentar de IMI os jovens até aos trinta anos não é uma medida na minha perspetiva, olhe é uma medida importante para o país, pronto que seja aprovada na Assembleia da República para o país sobretudo para aqueles concelhos desertificados de onde os jovens efetivamente saem o que não é o caso do Concelho de Palmela e também aquilo que se deve apoiar e facilitar e incentivar, não é para aqueles que têm capacidade para construir moradias de trezentos ou quatrocentos mil euros, é de facto para aqueles que precisam de habitação.

Desfibriladores, a cheque cultura no concelho, eu até nem percebi estas coisas da cultura agora fiquei assim um bocadinho perturbado, dizem que temos cultura a mais e a mais, sinceramente o que vos posso dizer e gostava que participassem nos eventos, participassem, que viessem e que ouvissem as pessoas do concelho e as pessoas de fora do concelho e o que é que elas dizem relativamente aos concelhos onde estão e porque é que vêm a Palmela, gostava que percebessem o que é que as pessoas dizem nos questionários de satisfação dos nossos eventos de natureza turística e económica, o que é que as pessoas dizem sobre Palmela, os indicadores são extremamente elogiosos e favoráveis, não está tudo feito naturalmente e é isso que gostaríamos de ouvir da oposição é o que é que podemos fazer mais e melhor e de que forma, não é como aquela história isto está tudo mal e bota abaixo. O cheque cultura não resolve nada, nós temos uma atividade cultural esquelética, diversificada, de extrema qualidade, considerada pelas redes de cultura, pela própria DGARTES, como um concelho estudo de caso nesta matéria.

Cooperativas de habitação jovem para o orçamento, isto não tem que estar no orçamento, nos temos na nossa tabela de taxas incentivos para as cooperativas de habitação e de facto é um bom caminho para resolver os problemas da habitação em Portugal e o município sempre deu terrenos e sempre deu isenção de taxas.

O que eu disse, é, nós estamos disponíveis para discutir cada uma dessas propostas ou grupos de propostas, ou por temas, porque de facto há propostas generosas, que têm que ser debatidas para ver se podem ser operacionalizadas e enriquecer a estratégia municipal e portanto mérito à prepositura, mas também lhe digo, desta feita porque estavam lá outras associações e falharam também algumas juventudes partidárias sabe quem é que vota favoravelmente, é que esses também são juventude, só que não vão lá cumprir um posicionamento partidário, vão falar de problemas da juventude, falaram, propuseram, tiveram apreciações de melhoria, mas deram o parecer favorável e votaram o parecer favorável, é uma atitude e uma postura diferente.

Luta do SNS, não vou comentar senhora membro da Assembleia, nós assumimos responsabilidades, temos muitas duvidas neste processo, não vamos nomear os três municípios Arrábida, não vão delegar um Administrador Delegado para a Unidade Local de Saúde, isto não é um modelo de saúde pública, quando nos apresentam uma coisa chamada negocio, não os municípios têm atribuições e passaram a ter competências, são claras na área da saúde, não é para contratar médicos, não é para contratar psicólogos, não é para contratar enfermeiros. A atribuição dos municípios é na promoção de estilos de vida saudável e da saúde e nisso dão cartas também aí somos elogiados pela própria ARS e membros do seu Governo pelo trabalho que temos feito.

Saúde mental, o que é que fazemos, não, nós não apregoamos, nós apresentamos o nosso trabalho e promovemos uma reflexão a nível nacional sobre o contexto laboral, mas, naturalmente no âmbito da nossa organização, nós temos responsabilidades para com os nossos trabalhadores.

Muito bem, registo, fica em ata, que a Senhora considera que é igual a zero.

Habitação para jovens, bom, vou-lhe dizer uma coisa que talvez a tranquilize para perceber, aí estamos mesmo em campos de opção diferente relativamente àquilo que deve de ser o isentivo à Habitação Jovem, os jovens fixam-se no território por múltiplos outros fatores e relativamente ao controle das questões da habitação já aqui foi suscitado e queiram refletir de mente aberta ad políticas de habitação em Portugal, não se resolvem só com

a Estratégica Local de Habitação, qual é o poder dos Governos, porque é que os Governos não acionaram, mecanismos ao seu alcance para regular os bancos e as taxas de juros, porque é que não regulam as rendas de outra forma, porque é que não mexem na Lei das Rendas que ainda tem resquícios de penalização do tempo da Troika, porque é que não arranjam mecanismos de compensação para os proprietários para terem rendas mais acessíveis, há propostas para isso, mas vou-lhe dizer, sabe que as habitações são atribuídas naturalmente com critérios de um Regulamento aprovado por unanimidade nesta Assembleia e que há depois um conjunto de outras leis que dão prioridade a determinadas pessoas, mas olhe que eu fiquei de facto impressionado com este contacto que é de facto muito emocionante porque sem pedir nada a ninguém ouvi histórias de vida de pessoas e não imaginava que estas necessidades de habitação fossem para este grupo etário, mas de facto das dezasseis habitações entregues vou só lhe dar aqui uma nota, sabe qual é a média de idades? Vinte e oito anos, portanto as habitações estão a chegar aos jovens, mas de facto é os jovens quem mais precisam, porque as opções de natureza de Intervenção Social têm que ter este critério de quem mais precisa, é por isso que nós somos contra a devolução do IRS, primeiro porque isso tem que ser em sede de Assembleia da República, que se tem de criar uma fiscalidade mais justa, e segundo porque devolver IRS, se é devolver a quem paga muito é devolver mais a quem menos precisa, porque quem paga muito naturalmente tem melhores rendimentos e a política social faz-se redistribuindo de outra forma, mas para não aprofundar muito estas matérias deixe-me dizer-lhe que acho de facto desleal dizer que é tudo a mesma coisa do ano passado e outras bancadas, as mesmas obras etc., desculpem isso é falso, leiam com atenção o documento e vão encontrar no mínimo quarenta novas obras e ações, algumas até sabem porque aprovaram algumas delas no empréstimo.

Depois é normal que haja obras e já houve explicações de natureza enfim, de contexto que levaram aqui algumas obras continuem lá várias vezes, problemas de aprovações e licenciamentos de entidades externas, problemas de financiamento, mas nós não estamos a trabalhar um orçamento plurianual? Se o orçamento é plurianual sabemos que a obra tem cronologia e fases plurianual a fase de adjudicação de estudos prévios de projetos, ter lá dinheiro para candidaturas e depois finalmente ter o dinheiro para a obra isto é técnico orçamental faz-se em todo o mundo e, portanto, faz-se em todos os orçamentos, nas vossas Câmaras também.

Há obras que efetivamente derraparam, já aqui assumimos noutros momentos, já dissemos quais, e já dissemos as razões, agora há obras que têm de estar plurianualmente obras e ações, seja uma campanha de sensibilização ambiental seja o Plano Estratégico de Turismo, pois bem porque há uma fase que é pago com adjudicação, uma parte que é paga com o diagnóstico, ao fim do ano com a aprovação do programa de operacionalização do plano de ação e no final a aprovação do plano, isto faz parte da técnica da contratação pública então não querem ver as coisas em vários anos, mais, isto é documento de mandato e portanto as obras são obras do mandato e ainda não está cá tudo como já vos disse só entra quando soubermos o financiamento.

Isto é outra coisa, os senhores não reconhecem o mérito é que nós já não temos orçamentos virtuais, isto são orçamentos baseados em coisas concretas, só lá mete o dinheiro quando tivermos assegurado o financiamento, aqui está esta explicação.

Caro, Carlos Oliveira, ainda sobre a questão dos resíduos, sobre outras questões que disse eu admito porque acho normal que as pessoas enfim, possam dizer "nós fazíamos de outra forma, nós até faríamos outras coisas" isso é normal nas oposições como é normal também fazerem propostas concretas e de melhoria e é normal que isso corresponda ao voto de abstenção, não é normal é outros votam contra quando têm aqui obras que eles próprios propuseram que fossem incluídas no plano, isso custa aqui um bocadinho a compreender e também custa outra coisa que é bom que a população saiba (gravação não audível), centremo-nos na questão da taxa de gestão de resíduos o que é que aqui está em causa, esta é uma problemática que devíamos de ter de todos nós grande reflexão, grande atuação e grande posição política, meus amigos, a taxa de deposição de resíduos, que não é a taxa de gestão de resíduos, a tonelada depositada na AMARSUL que há cinco anos era vinte e quatro e sessenta/setenta euros para aí, quanto é que vamos pagar no próximo ano setenta e sete virgula quatro euros, sabe quantos partidos aqui estão que votaram contra a privatização do Grupo EGF e da entrega ao Grupo Mota & Engil, e que puseram os municípios numa relação ainda mais desfavorável quando era Estado Central, Municipal a gente mais ou menos entendia-se, agora no grupo daqueles que diziam "não, não, isto aumenta os custos, dá resultados eu tenho dinheiro para o acionista" é nisto que estamos e depois vou-lhe falar da outra taxa que é uma taxa de facto para desincentivar a produção de resíduos, mas que é extremamente injusta, sabe porque é que ela é injusta, porque são os municípios que a pagam e que ainda têm que a pôr na

fatura da água tal como a gestão de resíduos hídricos e vamos ser cobradores de uma taxa aos munícipes que é para entregar à Administração Central, nós devíamos era de discutir.

A aplicação desta taxa na sua bondade que é desincentivar a produção de resíduos e a história do polidor pagador, eu creio que ninguém está de acordo, se nós poluirmos temos que pagar, se poluirmos mais temos que pagar mais, o problema é esse é que a taxa de gestão de resíduos não está a ser aplicada a quem efetivamente não contribui para os circuitos curtos, não contribui para a redução da embalagem, não contribui para a recolha das suas próprias bases logísticas em estabelecimentos dos materiais recicláveis, não é para nós metermos na rua, deviam de ser obrigados a receber tudo, vendem pilhas recebem pilhas, vendem eletrodomésticos têm que levar com outro eletrodoméstico, vendem mobílias levam outra mobília, devia de ser assim, de facto os grandes poluidores não estão a ser taxados e os munícipes porque estes não podem fugir precisam da água estão no fim da linha, então metam lá isto na fatura da água, isto não é só uma discussão para que nós compreendemos o enleio e o enredo que estamos metidos e isso não depende da vontade da autarquia, fica este esclarecimento.

Diversificação económica, os senhores não queriam ver isto no orçamento, mas há uma estratégia, se os Senhores não acompanham as notícias e a Atividade Municipal, eu tenho pena, se não conhecem os documentos estratégicos do município é evidente que há um que está em elaboração e que tarda a tornar-se publico onde tem todos os eixos estratégicos, mas, ainda não percebeu que nós não estamos só no Cluster Automóvel e no Cluster dos Vinhos, há muitos anos, ou não percebeu que o Cluster Automóvel em Portugal e em particular, em Palmela não definha como definha noutras zonas do País (lá no norte) e do mundo porque tem que ver com a forma como nós tratamos esses investimentos, quando o Senhor fala em atrasos de empresas eu desafio qualquer um dos Senhores a apresentar-me uma empresa que tenha apresentado um investimento em Palmela e que não o fez por causa de algum atraso do urbanismo, fica aqui este desafio publico, porque chega, chega de fazer generalizações, entende, é que precisamente as grandes empresas e os grandes investimentos estratégicos têm via verde, ocupam-nos demasiado tempo porque às vezes até temos que fazer o trabalho deles, mas não fogem e são aprovados em tempo record para que essas empresas não percam candidaturas a fundos, para que essas empresas não deixem de ser interesses de projeto nacional ou pensa que a criação da Viston e do Data Center, para não fugir para a Hungria foi fácil de aprovar e é evidente que atrasa outros serviços ou o senhor pensa quando algumas pessoas que se calhar pensam como o Senhor "O famoso Luis todo bom" vem dizer às uns meses atras que a Autoeuropa, só tinha mais cinco anos e que acabava, quando nós estávamos a acabar projetos já aprovados, a nova ETARI, e uma nova zona de pintura específica para veículos elétricos, pois isto é um prenuncio que está um novo modelo contratualizado é evidente que não é o município que tem que fazer esse anuncio, mas está tudo aprovado, ou o longo caminho de trabalho junto do AICEP- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, do IAPMEI, do ICNF, da Agencia Portuguesa do Ambiente, para que o Centro Internacional do Áudio Visual de Palmela, já querem comprar coisas e ainda não está nada construído têm a aprovação já da arquitetura, já não é do PIP, é da arquitetura dentro, se calhar ainda deste ano, ou quando atraímos nos últimos dois anos, algumas ao Sr. Vereador até visitou novas empresas de logística no território quando temos empresas a trabalhar em inovação e desenvolvimento, quando estamos a apoiar empresas a fazer um exercício extremo até de mexidas ainda de mexidas do PDM e por isso é que o atraso pode ser satisfatório para alguns investimentos em áreas como a farmacêutica e a aeronáutica, estivemos ali naquela sala, toda a tarde, com investidores internacionais, como vou estar na próxima semana quando temos para a requalificação, uma coisa são zonas industriais e isso vai desaparecer, zonas industriais, isso é de outra geração dos PDMS, o problema é esse, é que nós temos que ter é bons parques industriais em vista, façam os parques industriais nós não somos donos dos terrenos.

Noutros países, há um banco de terrenos que são públicos e há comunidades intermunicipais e municípios que fazem os seus próprios parques industriais para atraírem investimento, não é o nosso caso não temos essa possibilidade. A natureza da propriedade é outra, e, ninguém abre mão dela, aliás toda a gente quer enriquecer com a sua transmissão e a sua transformação fundiária de agrícola ou agroflorestal para industrial ou urbano, mas meus amigos isso está um bocadinho contraditório para o que todos dizem defender da proteção do ambiente, das alterações climáticas da não impermeabilização dos solos, etc. e, portanto, quando estamos a trabalhar no bio e no alimentar em termos estratégicos, a trabalhar já com o Marl, com a Área Metropolitana de Lisboa, agora tenho pena é que o Secretário de Estado possivelmente se vai embora para ter o Mercado Abastecedor no concelho de Palmela a sul de Lisboa, quando temos a perspetiva de fixação em termos de ordenamento do território, numa área de inovação e conhecimento à saída da Estação da Penalva, em vez de ter mais casuchas e casinhas.

Meus amigos sobre visão estratégica, haveremos de falar detalhadamente um dia, mas se quiserem eu posso ler aquilo que temos na área do Plano Nacional de energias renováveis, em que ponto estamos e o conjunto de ações estratégicas que estão nesse Plano, que estão no Roteiro de Transição para a Neutralidade Climática de Palmela, nós podemos falar, porque aquilo traz tudo, desde a agricultura a indústria e as metas que queremos atingir para dois mil e trinta, para dois mil e quarenta e para dois mil e cinquenta, está cá tudo, estamos a falar de desenvolvimento económico integrado e sustentável, mas apelo sobretudo a mais alguma atenção às notícias, empresas, nós temos mais setenta e nove empresas nestes últimos anos. Saiu agora no Sem Mais, as mil maiores empresas e vejam quantas lá estão de Palmela e não são sempre as mesmas.

Desporto e Cultura, como disse um membro da minha bancada, são um excelente instrumento de inclusão de desenvolvimento social e de combate à exclusão, também por essa via, também o fazemos e os conceitos de Centros Comunitários que instalamos em Águas de Moura, que ontem tive o prazer de fazer uma visita guiada aos membros do Conselho Municipal de Juventude que nem sonhavam o que era aquilo mas fizeram uma proposta para as Bibliotecas estarem sempre abertas, não era só na altura dos exames eu perguntei-lhes isto está aberto, quantas pessoas é que veem aqui na rua em Águas de Moura, só se é para a malta ir lá dormir mas nós temos outras respostas para os sem abrigo, não precisam de ir dormir para a Biblioteca.

Quando há pedidos, quando sentimos que há épocas que é preciso, nós temos, foi até uma proposta debatida convosco e que nós integramos, portanto, desdém pelas propostas meus amigos nós temos é que debater as propostas e ver se elas são justas e se são operacionalizadas.

Turismo, Estratégia, nós já não temos que explicar nada, só se de facto há aqui alguma dificuldade de perceber aquilo que somos, e que, patamar atingimos na área do enoturismo quando somos referencia e por isso estamos na Vice-Presidência da AMTV, por isso estamos na Vice-Presidência na Rede Europeia das Cidades do Vinho e por isso somos visitados por Organismos Internacionais do Turismo, a Enotur, como estudo de caso, mas há outras regiões excelentes o Douro, etc.

Precisamente o Turismo de Património, precisamente o Turismo de Religioso, as Rotas dos Caminhos de Santiago, o Turismo de Natureza, o Cristianismo, orientação, o estreito, etc. o Plano vai talvez ajudar a explicar a V. Exas., como é que nós somos práticos e reflexivos o Plano não vai inventar nada, o Plano vai fundamentar a justeza das nossas práticas e dos nossos eixos de Desenvolvimento Turístico e já agora ficam com este número é que nós aumentamos só noventa e um por cento o número de dormidas e sabe porque é que não aumentamos mais, porque nos faltam mais unidades hoteleiras em Palmela mas acabamos de aprovar uma em reunião de Câmara há uma semana e vamos aprovar mais duas em breve.

Eu acho estranho que os partidos mais há direita, virem aqui fazer apelos quando são contra o estado social, quando são contra os serviços públicos, quando são contra a liberalização de uma série de coisas, virem aqui falar de satisfação das necessidades de investimento nos cidadãos e na pobreza etc. etc. também vos convido a conhecer esses indicadores relativamente ao concelho de Palmela que, não deixando de ter problemas sociais que tem, tem respostas adequadas para os mesmos e elevou-se muito estes últimos anos em matéria de nível de rendimentos o quinto médio mais elevado do país, uma taxa de desemprego inferior à dos restantes municípios da AML, e até tem uma taxa de beneficiários de apoios sociais também inferior, mas acho estranho os senhores votarem contra por causa disso.

Sobre as alterações climáticas, há aqui muito trabalho, que os senhores veem, as medidas concretas se, depois não conseguem perceber onde é que elas encaixam têm de facto conhecer este outro documento, porque há a iniciativa privada para os quais há incentivo, para os quais há desafios, com os quais fazemos trabalhos no território e já até ultrapassamos metas e depois sobre estes instrumentos e sobre estes investimentos, os senhores dizem que são assim, coisas soltas, desgarradas sem importância nenhuma que vão desde a iluminação pública, ao solar fotovoltaico, nos equipamentos, a sistemas de climatização eficientes e energeticamente sustentáveis, a equipamentos desportivos, em Centros Culturais, em Cine Teatro São João, em escolas que vamos agora a próxima ITI para candidatar mais um conjunto de projetos que já temos feitos felizmente, só temos que atualizar o Orçamento porque o Caderno de Encargos todos os anos aumenta muito o valor.

Espero que a opinião não seja generalizada pelo menos das bancadas, cujos Ministros, cujos Organismos da Administração estão tutelados por essa área política, ou cujas universidades fazem elogio ao desempenho e ao

Plano e às Ações que o senhor parece-me valorizar um pouco do município de Palmela, mas ainda bem que são os outros a dizer bem de nós.

Relativamente a outras matérias, Sras. e Srs. membros da Assembleia, eu naturalmente tenho que admitir a nossa diferença de opinião, de visão, de análise das coisas, folgo muito em que digam que este é o guião do PCP, fico muito feliz, primeiro porque nós temos o compromisso de executar o nosso programa de mandato, que estamos disponíveis para enriquecer diariamente com contributos da população, e com contributos de todos os partidos que têm representação neste município, nós queremos ouvir as propostas concretas e queremos discuti-las, mas sobretudo para quem vota contra fica este recado "*isso, é, que é, desdém, desdém sobre as necessidades das pessoas*" que os senhores dizem que o orçamento não acautela, desdém sobre os pedidos de intervenção escolhidos e votados pelas pessoas, porque vocês acham que aquilo do "EU!PARTICIPO" e aquelas obras é sempre a mesma coisa, mas é porque é necessário, a coesão territorial é dar o mesmo conforto a mesma qualidade de vida às pessoas que estão mais nas zonas rurais, ou nas zonas periféricas.

Estender a infraestruturação sem qualquer apoio e sem penalizar a fatura das pessoas é um investimento na qualidade de vida das pessoas, e portanto, se os senhores votam contra propostas que foram e reivindicações das pessoas, eu fico satisfeito por acharem que este é o guião do PCP, porque nós de facto somos fieis aos nossos compromissos eleitorais e aos compromissos que assumimos com as populações sejam nos processos participativos, seja no nosso dia a dia quando somos suscitados a fazer mais isto, mais aquilo, melhor aquilo, e portanto, eu creio, que não houve aqui, se calhar, uma análise com bom senso de algumas medidas que possivelmente, eu julgo, que ficaríamos todos melhor, naturalmente com as nossas diferenças, quem se situasse na abstenção eu compreendo, quem vota contra fico um bocadinho triste e a população do concelho também fica.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não há nenhuma intervenção vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com doze votos a favor da CDU, dez abstenções (nove do PS e um do BE) e nove votos contra (quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH)

O Sr. Presidente da Mesa:

"É meia-noite, tenho de colocar à vossa consideração a continuidade da sessão, o Sr. Presidente já aqui disse que os outros pontos, enfim podemos juntar o quatro ao sete e o oito ao onze, mas temos ainda o mapa de pessoal pelo meio, portanto, continuamos? Interrompemos?

Carlos Vitorino."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Sr. Presidente, os Senhores continuam, a bancada do PSD vai abandonar a Sessão, foi preferido um insulto, foi reiterado e o Sr. Presidente nada disse, nada fez, deixou as coisas prosseguirem, eu poderia responder à letra até porque hoje, também almocei na Maia e os meus colegas lá, também têm umas coisas engraçadas para poder dizer, mas aquilo que foi dito para nós, para a bancada do Partido Socialista, para todas as bancadas que falaram, poderia ter tido outra interpretação da parte do Sr. Presidente da Assembleia.

Disse."

A Bancada do PPD/PSD, abandona a Sessão da Assembleia Municipal pelas 00:01 horas

O Sr. Presidente da Mesa:

"Obrigado.

Sr. Presidente, eu não alinho nessas coisas, eu assumo aquilo que faço e não adiantaríamos neste momento nada, percebemos todos, etimologicamente o que é que se diz, se se diz outra coisa, já fica para quem diz, assume-se, muito obrigado.

Passamos ao ponto três, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO 3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito sinteticamente é uma proposta estratégica, porque está associada ao orçamento, porque não podemos aprovar um mapa que tenha depois um orçamento associado, o mapa atenta e respeita o preceituado na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, preconiza uma visão estratégica de Recursos Humanos, provisional também dos postos de trabalho em diversas dimensões, tem em consideração o novo paradigma da Transferência de Competências porque teve que integrar e criar outras unidades e outros postos de trabalho, por via da Transferência de Competências.

Também por causa da Transferência de Competências para as Freguesias, porque houve pessoal também transferido há aqui um outro redimensionamento no pessoal afeto nas unidades orgânicas que ficam no município e portanto isto também teve que ser tudo transferido, no total temos aqui mil quatrocentos e oitenta postos de trabalho previstos, mil duzentos e vinte e seis ocupados já tivemos quase nos mil e trezentos, mas é para vocês verem que há muita gente que se reforma, está sempre a entrar e a sair e os concursos não estão a produzir os efeitos desejados, mas portanto temos duzentos e quarenta e três vagos, mas há setenta destes que estão cativos para trabalhadores que estão noutras missões e comissões de serviço e, que, se um dia, abandonarem por algum motivo essas funções e comissões de serviço têm que ter um lugar no mapa que é seu de direito.

Esta opção dos postos de trabalho visa fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a procedimentos concursais que estão a tramitar outros a desencadear, portanto já temos aqui uma bolsa e também uma correspondente previsão orçamental por causa destas admissões e concursos que estão a decorrer.

Damos aqui nota também do conjunto de mobilidade interna na categoria que se operou na Câmara durante este ano e portanto há aqui algumas rearrumações, e por ultimo também tivemos que mexer aqui, nas funções que dizem respeito ao reconhecimento da atribuição do suplemento remuneratório para as condições de penosidade e insalubridade, para trabalhadoras e trabalhadores que não tendo sido transferidos em unidades orgânicas tem esta missão e tem direito a este suplemento que foram para o município, permaneceram, tivemos que organizar umas Brigadas na Câmara ainda associados a estas unidades orgânicas da área dos resíduos e não só, e portanto também tivemos que fazer aqui estas atualizações.

As organizações representativas dos trabalhadores foram ocultadas, nos termos da lei e face ao exposto e porque para este mapa temos também o orçamento adequado para lhe dar resposta, o que propomos é que a Assembleia possa aprová-lo."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos?

Nenhuma intervenção?

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (doze da CDU, quatro do MCCP e um do BE) e onze abstenções (nove do PS e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto dos Autos de Transferência, Sr. Presidente temos de votar individualmente, mas poderá ser entregue automaticamente.”

PONTO 4 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela – atualizações

O Sr. Presidente da Câmara:

“A apresentação poderá ser de facto mais sistematizada.

Trata-se da atualização dos Autos de Transferência de Competências e como é sabido depois de avaliarmos os resultados vimos conjuntamente com as freguesias a necessidade de se proceder a atualizações destes instrumentos.

No caso da Freguesia de Palmela, questões relacionadas com a definição de alguns espaços verdes, também a clarificação das espécies arbóreas inseridas, as regas, as podas, produtos fitofármacos, também aumentamos aqui a dotação também da limpeza urbana clarificamos alguns aspetos e sem precisar muito, depois de freguesia para freguesia, também difere pouco, houve atualizações para os fitofármacos, houve atualizações e melhorias para os sistemas de rega, houve a introdução de espaços que não estavam consignados e portanto esta atualização era imperativa e necessária para fazer corresponder com mais rigor e nos valores exigidos as transferências financeiras para as Juntas de Freguesias darem cabal cumprimento à missão que lhes foi agora transferida.

Isto é assim, para a Junta de Palmela, para a Junta de Pinhal Novo com ligeiras alterações, Junta de Quinta do Anjo e União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

Estou disponível para alguma questão.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questões sobre os Autos de Transferências para a Freguesia de palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e União de Freguesias Poceirão e Marateca?

Cristina Moura se faz favor.”

A Sra. Cristina Moura da CDU:

“Estive a ver aqui relativamente ao sistema de rega, ainda há muitos que são de rega manual, se calhar a nível de gestão da água será uma questão fraturante, terá que ser vista como é que se pode alterar isso, é só.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Fica esta sugestão.”

O Sr. Presidente Câmara:

"Se não se importa."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Sim, sim."

O Sr. Presidente Câmara:

"Essa questão não está aí referida, porque não é competência transferida para a junta porque a Câmara no âmbito da remodelação requalificação e updates que está a fazer nalguns espaços verdes, está a introduzir sistemas de rega inteligentes, até tendo em vista a sua ligação à rede "Laura", tal como é desidrato dos vários pelouros."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Então votamos o Ponto quatro."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto cinco."

PONTO 5 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo – atualizações

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto seis."

PONTO 6 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo – atualizações

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto sete."

PONTO 7 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca – atualizações

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vamos passar aos pontos seguintes, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO 8 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Palmela – atualizações

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também nesta matéria dos Contratos Interadministrativos, explicar genericamente a necessidade também após verificação de proceder a algumas correções, correções diárias, introduções até de novos espaços no âmbito da competência de limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais.

Aqui no caso da Junta de Freguesia de Palmela, é essencialmente neste Contrato Interadministrativo nesta matéria que foi atualizado, foram feitas as respetivas medições que dão valores diferentes e naturalmente implicarão transferências financeiras no valor acrescido.

Também na Junta de Freguesia de Pinhal Novo, houve a introdução de um novo espaço de jogo e recreio que foi construído pela Câmara, não estava ainda sujeito a esta competência de conservação, limpeza e manutenção e obviamente a respetiva área teve que ser ampliada, para efeito de acerto de contas com a junta.

Depois, aqui sim, é uma competência que também está em Contrato Interadministrativo na conservação de caminhos e aceiros, houve a atualização dos quilómetros delineados e houve a atualização do valor/quilometro, porque de facto os custos têm crescido e no caso de Pinhal Novo é nestes dois instrumentos que é feito a proposta de atualização.

Na Quinta do Anjo, também espaço de jogo e recreio, os balneários do Polidesportivo do Bairro Alentejano, que são novos e que só agora é que passam para a junta, também o mesmo relativamente ao Contrato Interadministrativo de conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados, com a atualização dos quilómetros, porque sempre vamos fazendo alguma pavimentação e temos que reduzir os quilómetros, mas também com o justo aumento do valor quilometro/linear.

No caso de Poceirão e Marateca, há aqui para além da questão dos caminhos, não há mexidas nos espaços de jogo e recreio que são os mesmos e que felizmente estão a ser requalificados, mas há sobretudo um acerto significativo no Contrato Interadministrativo afeto à recolha de monos e verdes, em que esta União de Freguesias tem um desempenho muito bom, faz mais trabalho às vezes do que aquilo que está no contrato e tem custos muito acrescidos, porque de facto a maquinaria pesada, os camiões etc. necessitam aqui de outra atualização e portanto houve aqui também um acerto e também houve nos pavimentos em calçada também aumentamos a área e penso que Quinta do Anjo também, esqueci-me de referir isso.

No caso dos monos e verdes há um aumento para oitenta e cinco mil euros anuais, e pronto da minha parte."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Intervenções sobre esta matéria dos Contratos Interadministrativo com as Juntas de Freguesias – Atualizações?

Não há intervenções?

Votamos, mais uma vez separadamente."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto nove."

PONTO 9 – Contratos Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo – atualizações

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto dez."

PONTO 10 – Contratos Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo – atualizações

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto onze."

PONTO 11 – Contratos Interadministrativo com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca – atualizações

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Chegamos assim ao final desta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela e aproveitando para desejar a todos um Bom Natal, que a Paz possa imperar pelo mundo e convido-vos a beber um moscatel e comer ali um bocadinho de bolo-rei.

Muito obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e vinte e três minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que eu, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos quinze de dezembro de dois mil e vinte e três.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa